



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

CONJUR - Edital Pregão Serv (s/DEMO) - RCC 3.0

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90032/2026
(Processo Administrativo n.º: 23765.000804/2026-18).

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), destinado ao atendimento das demandas de comunicação institucional, incluindo a disponibilização de troncos digitais e interligação com as centrais telefônicas existentes na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (HU Brasil), unidade hospitalar Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento por um período de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço

MODO DE DISPUTA: aberto

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS: não

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: não

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/05/2026

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 09h (Horário de Brasília)

LOCAL: www.gov.br/compras

UASG: 155903

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), sediado(a) na rua Catulo Breviglieri, s/nº - Bairro Santa Catarina - Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-110, CNPJ 15.126.437/0025-10, UG-155903, na pessoa do Agente de Contratação/Comissão de Contratação designado pela Portaria constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução n.º 297/2025 do Conselho de Administração (RCC 3.0), da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (aplicada aos procedimentos para operação da sessão pública, a partir de sua abertura até a etapa de homologação).

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), destinado ao atendimento das demandas de comunicação institucional, incluindo a disponibilização de troncos digitais e interligação com as centrais telefônicas existentes na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade hospitalar Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento por um período de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para os exercícios de 2026 e 2027, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26443/155903

CONJUR - Edital Pregão Serv (s/DEMO) - RCC 3.0 59879522

SEI 23765.000804/2026-18 / pg. 1

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei n.º 11.488/2007 - quando permitida a sua participação -, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.5.1. O tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49](#) da [Lei Complementar n.º 123/2006](#) somente será aplicável ao item/grupo cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão n.º 1193/2024-TCU-Plenário).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.3. empresa que se enquadre em alguma das vedações previstas no art. 70 do RCC 3.0 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, quais sejam:

3.6.3.1. suspensão no âmbito da Rede Ebserh;

3.6.3.2. declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

3.6.3.3. impedida de licitar e de contratar com a União;

3.6.3.4. constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.6.3.5. cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

3.6.3.6. constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.6.3.7. cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

3.6.3.8. que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

3.6.3.9. cujo administrador ou sócio seja empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

3.6.3.10. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário da Ebserh;

3.6.3.11. cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

3.6.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.5. pessoas físicas.

3.7. As vedações previstas no item 3.6.3 aplicam-se ainda:

3.7.1. à contratação, como pessoa física, e à participação em procedimentos licitatórios na condição de licitante, dos seguintes agentes:

3.7.1.1. integrantes de órgão estatutário;

3.7.1.2. empregados da Ebserh;

3.7.1.3. servidores cedidos ou em exercício na Ebserh;

3.7.1.4. integrantes do Ministério da Educação;

3.7.1.5. integrantes de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

3.7.2. àqueles que possuam relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

3.7.2.1. integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

3.7.2.2. empregados, servidores cedidos ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

3.7.2.3. autoridades do Ministério da Educação;

3.7.2.4. autoridades das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

3.7.3. àqueles cujo proprietário, ainda que na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

3.8. As vedações previstas no item 3.6.3 serão também aplicadas ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. Será verificado o enquadramento dos licitantes como parte relacionada para o fim de aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh, disponível em www.gov.br/ebserh.

3.10. Ao participar da licitação, o licitante declara estar ciente de que deve observar o Código de Ética e Conduta da rede Ebserh, disponível em www.gov.br/ebserh.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

5.1. Até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, qualquer cidadão poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos a este edital.

5.2. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, sendo assegurado, na sequência, o prazo de 2 (dois) dias úteis para a apresentação das propostas pelos licitantes, se for o caso.

5.3. A impugnação ou pedido de esclarecimento poderá ser apresentado por forma eletrônica, pelo e-mail uclie.hu-ufff@ebserh.gov.br, até às 23h59min da data limite, ou por escrito, à Unidade de Compras e Licitações, no endereço constante do cabeçalho do Edital, no horário das 08h00 às 17h00.

5.4. Quando a impugnação ou esclarecimento for enviado ao Agente de Contratação, exclusivamente por escrito ou em formato digital não editável, ele também deverá ser enviado em mídia (CD, DVD, etc) nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF (.pdf), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal.

5.5. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto no item 5.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no item 5.4 deste Edital.

5.6. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos referidos nos subitens 5.1 e 5.2 deste Edital.

5.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

5.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Ebserh.

5.9. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2.1. Os anexos de proposta deverão ser encaminhados apenas pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 10.11 e 10.12.1 deste Edital.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição](#);

6.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

6.5. O licitante organizado em cooperativa - quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os seguintes requisitos:

6.5.1. a constituição e o funcionamento da cooperativa observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei n.º 5.764/1971](#), a [Lei n.º 12.690/2012](#), e a [Lei Complementar n.º 130/2009](#);

6.5.2. a cooperativa apresenta demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

6.5.3. qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado, vedado à Ebserh indicar nominalmente pessoas;

6.5.4. o objeto da licitação se refere, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei n.º 12.690/2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

6.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o serviço ofertado é nacional que atende a normas técnicas brasileiras beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

6.7. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa - quando permitida a sua participação - deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

6.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

6.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar n.º 123/2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7.3. O tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006](#) somente será aplicável ao item/grupo cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de

enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão TCU n.º 1193/2024-Plenário).

6.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto n.º 12.304/2024 e da Portaria Normativa SE/CGU n.º 226/2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, IV, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 a 6.8 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.14.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.13 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para a Ebserh, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Ebserh ou de sua desconexão.

6.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e total do item;

7.1.2. descrição complementar do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

7.1.2.1. Na descrição complementar do objeto não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como: marca; fabricante do produto; dentre outros.

7.2. Quando dois ou mais itens compuserem um grupo, torna-se obrigatória a cotação para todos os itens que o compõem.

7.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a proposta deverá considerar a média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.7. Na hipótese de a execução contratual estar sujeita à aplicação de normas tributárias que impliquem alteração, extinção, desoneração ou reoneração de tributos, as propostas de preços deverão considerar as alíquotas vigentes na data de sua apresentação.

7.7.1. A pedido do fornecedor, o preço registrado/contratado poderá ser revisto, nos termos dos arts. 106, inciso II, 196, § 1º, e 206, inciso I, do RCC 3.0, após a efetiva majoração ou reoneração das alíquotas.

7.7.2. O preço registrado/contratado poderá ser revisto em favor da Ebserh após a efetiva redução das alíquotas ou instituição de desoneração tributária com repercussão nos preços contratados.

7.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1%.

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da

sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do art. 24, § 6º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 79/2024.

8.13.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do art. 25, § 5º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 79/2024.

8.14.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei n.º 14.133/2021.

8.21.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Agente de Contratação.

8.21.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006](#), regulamentada pelo [Decreto n.º 8.538/2015](#).

8.22.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, § 9º, I, do Decreto n.º 8.538/2015).

8.22.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pelo fornecedor classificado em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

8.22.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22.4. O licitante mais bem classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao do primeiro colocado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22.7. O tratamento favorecido estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006](#) somente será aplicável ao item/grupo cujo valor estimado não seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/2006, sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato (Acórdão n.º 1193/2024-TCU-Plenário).

8.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei n.º 14.133/2021](#), nesta ordem:

8.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;

8.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme art. 5º, § 1º, do Decreto n.º 11.430/2023;

8.23.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n.º

8.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado por:

8.23.2.1. empresas brasileiras;

8.23.2.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.23.2.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei n.º 12.187/2009](#).

8.23.3. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

8.23.3.1. O sistema compras.gov.br irá realizar o sorteio de forma automática, verificando, primeiramente, se há proponentes em situação de empate real e realizando, entre eles, o sorteio automático.

8.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima dos preços máximos por grupo e por item ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação negociará com o primeiro colocado condições mais vantajosas.

8.24.1. Quando se tratar de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a Ebserh e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários definidos no Termo de Referência.

8.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima dos preços máximos por grupo e por item definidos pela Ebserh.

8.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.24.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.24.6. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

8.25. Se, depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item ou a licitação.

8.26. Exitosa a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de julgamento.

9. FASE DE JULGAMENTO

9.1. O Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sicaf;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- e) Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

9.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

9.2.1. A consulta no CNIA quanto às sanções previstas na Lei n.º 8.429/1992 também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

9.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CNIA, CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (certidoes-apf.apps.tcu.gov.br).

9.4. Caso se constate a existência das vedações transcritas nos itens 3.6.3.4, 3.6.3.5, 3.6.3.6, 3.6.3.7, 3.6.3.8 e 3.8, a inabilitação deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.5. Constatada a existência de vedação, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.6. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

9.7.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

9.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022.

9.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.9.1. conter vícios insanáveis;

9.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

9.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Ebserh;

9.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

9.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.10. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Ebserh.

9.10.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

9.10.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.10.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.11. A Ebserh poderá realizar diligências para aferir a efetividade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, bem como para facultar a correção de vícios sanáveis, sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

9.11.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.11.2. São considerados vícios sanáveis, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços, à inexequibilidade ou ao valor excessivo de preços unitários quando o julgamento não é realizado sob o regime de empreitada por preço unitário e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações preexistentes, desde que não alterem a substância da proposta.

9.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Ebserh, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.14. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 4 (quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

9.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro

lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.22. Definido o resultado do julgamento, a Ebserh poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, observado o procedimento previsto no item 8.24.

9.23. Encerrada a negociação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10. FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos neste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 65 a 69 do RCC 3.0.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto n.º 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão observadas as seguintes exigências:

10.3.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

10.3.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;

10.3.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

10.3.4. impedimento, na mesma licitação, de participação de empresa consorciada, isoladamente ou por meio de mais de um consórcio;

10.3.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;

10.3.6. habilitação técnica, quando exigida, por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, por meio do somatório dos valores de cada consorciado;

10.3.6.1. se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.3.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;

10.3.8. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

10.4. Quando permitida a participação de cooperativas, serão observadas as seguintes exigências complementares:

10.4.1. a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n.º 5.764/1971;

10.4.2. a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;

10.4.3. a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.4.4. o registro previsto no art. 107 da Lei n.º 5.764/1971;

10.4.5. a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.4.6. os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Ebserh, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no RCC 3.0.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.9. Quando a avaliação prévia do local de execução for considerada, conforme previsão do Termo de Referência, imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

10.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Ebserh data e horário exclusivos, a ser agendado (indicar forma de agendamento), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

10.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria prévia, poderá substituí-la por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

10.11. É de responsabilidade do licitante, sob pena de desclassificação, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

10.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [art. 36, § 1º, e no art. 39, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022](#).

10.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação

anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência na qual seja concedido prazo de 4 (quatro) horas, para (art. 67 do RCC 3.0 e art. 39, § 4º, da [Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73/2022](#)):

10.14.1. atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame;

10.14.2. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.14.3. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

10.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.12.1.

10.18. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto n.º 8.538/2015](#)).

10.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.21. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.22. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.23. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.23.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

10.23.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.24. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da **habilitação jurídica** são os seguintes:

10.24.1. No caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.24.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.24.3. No caso de microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

10.24.4. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.24.5. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77/2020;

10.24.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.24.7. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.24.8. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764/1971;

10.24.9. No caso de consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei n.º 6.404/1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 69, incisos I e II, do RCC 3.0).

10.24.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

10.25. Os documentos a serem apresentados para a comprovação da **habilitação fiscal, seguridade social e trabalhista** são os seguintes:

10.25.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.25.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.25.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.25.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.25.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943;

10.25.6. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.26. Os documentos relacionados à **capacidade econômico-financeira e qualificação técnico-profissional e/ou técnico-operacional**, quando exigidos, estão previstos no Termo de Referência.

10.27. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual.

10.28. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.28.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.29. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ele será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Ebserh, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.30. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.31. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade.

10.32. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.32.1. Não atendidas as exigências de habilitação pelo licitante, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

10.33. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, será realizada consulta ao Cadin, sendo que a existência de registro constitui fator impeditivo para que o licitante seja declarado vencedor, nos termos do art. 6º,

inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002.

10.33.1. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei n.º 10.522/2002.

10.34. Inexistindo registro no Cadin ou comprovada a regularização da situação que deu causa ao registro, será o licitante declarado vencedor.

11. RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5.1. Os prazos previstos neste item podem ser prorrogados, de forma excepcional, por decisão fundamentada da autoridade competente.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

12. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado ao(à) Diretor(a) de Administração e Infraestrutura, no caso da Administração Central, ou ao(à) Gerente Administrativo(a), no caso dos Hospitais Universitários, que poderá:

12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13. TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Ebserh para a assinatura do Termo de

Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Ebserh poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Ebserh.

13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

13.3.1. referida Nota está substituindo o contrato;

13.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

13.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 227 e 228 do RCC 3.0.

13.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

13.5. Previamente à contratação, a Ebserh realizará consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 03/2018 e, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei n.º 10.522/2002, consulta prévia ao Cadin.

13.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no Sicaf, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

13.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no Sicaf, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

13.5.3. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do art. 6º, inciso III, e art. 6º-A, da Lei n.º 10.522/2002.

13.5.4. Pode ser realizada diligência para oportunizar a comprovação de regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin, nos termos do art. 2º, §§ 5º e 6º, da Lei n.º 10.522/2002.

13.6. Nas contratações com valores acima de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado a partir da formalização do contrato.

13.6.1. A existência prévia de programa de integridade no licitante vencedor, seguida de apresentação sobre sua construção, seus dispositivos e seus resultados no referido prazo, supre o requisito.

13.7. Na assinatura do contrato ou, se for o caso, da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a sua vigência.

13.8. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Ebserh poderá convocar os remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com este instrumento convocatório.

13.9. Caso nenhum dos remanescentes aceite a contratação nos termos do item anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste Edital, a Ebserh poderá:

13.9.1. convocar os remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

13.9.2. adjudicar e celebrar o contrato ou a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

13.9.3. revogar a licitação.

13.10. Os licitantes convocados terão, em momento anterior à assinatura do contrato ou, se for o caso, da ata de registro de preços, as suas propostas e eventuais documentos complementares analisados, negociarão sua proposta com a Ebserh, bem como deverão comprovar os requisitos para habilitação.

13.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Ebserh caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas neste instrumento convocatório e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigida, em favor da Ebserh.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, sujeita à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o licitante que:

14.1.1. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- 14.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
 - 14.1.3. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços;
 - 14.1.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
 - 14.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 14.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 14.1.8. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
 - 14.1.9. fraudar a licitação.
- 14.2. A aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar nos casos de fraude à licitação não impede a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, nos termos do art. 8º da Lei n.º 12.846/2013.
- 14.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 13.303/2016, no RCC 3.0, na Norma Operacional - SEI n.º 7/2023/DAI-EBSERH, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 9.784/1999.
- 14.4. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 14.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto n.º 11.129/2022.
- 14.5.1. O processamento do PAR ou a negociação de acordo de leniência não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicafe, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.
- 14.6.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), de que trata a Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.
- 14.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no termo de referência, anexo a este Edital.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Ebserh, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Ebserh não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na unidade da Ebserh responsável pela licitação.
- 15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Termo de Referência.

15.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Ebserh e no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

15.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

15.10.1. **ANEXO I** - Termo de Referência e seus respectivos anexos;

15.10.2. O seguinte anexo integra este Termo de Referência (Documento SEI nº 60364117)

15.10.2.1. Estudo Técnico Preliminar (Documento SEI nº 59243908);

15.10.2.2. Mapa de Gerenciamento de Riscos (Documento SEI nº 59294480);

15.10.2.3. Encarte B - Instrumento de Medição do Resultado (Documento SEI nº 59380922);

15.10.2.4. Encarte C - Modelo de Declaração Formal de Vistoria (Documento SEI nº 59333077);

15.10.2.5. Encarte D - Modelo de Declaração Formal de Dispensa de Vistoria (Documento SEI nº 59333178);

15.10.2.6. Encarte E - Tabelas Referência para Aplicação de Multas (Documento SEI nº 59313437);

15.10.2.7. Encarte F - Modelo de Proposta (Documento SEI nº 59332973); e

15.10.2.8. Encarte G - Termo de Recebimento (SEI nº 59333028).

15.10.3. **ANEXO II** - Modelo de Termo de Contrato (Documento SEI nº 59814672);

15.10.4. **ANEXO III** - Orientações para Cadastro no SEI (Documento SEI nº 59879085)

15.10.5. **ANEXO IV** - Proteção de Dados Pessoais (Documento SEI nº 60353088)

Juiz de Fora - MG, *data da assinatura eletrônica.*

(assinado eletronicamente)

DANIEL FERNANDES AFONSO

Chefe da Unidade de Compras e Licitações

Autorizo a divulgação do presente Edital, nos termos do § 3º do art. 47 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh - Versão 3.0.

(assinado eletronicamente)

BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS

Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Afonso, Chefe de Unidade**, em 29/04/2026, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Azevedo Gomes Freitas, Gerente**, em 29/04/2026, às 21:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59879522** e o código CRC **8A66B822**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59879522

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23765.000804/2026-18

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão de obra para o **Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)**, nas modalidades **Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI)**, destinado ao atendimento das demandas de comunicação institucional, incluindo a disponibilização de troncos digitais e interligação com as centrais telefônicas existentes na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade hospitalar Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento por um período de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh.

1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no quadro abaixo.

GRUPO	ITEM	CATSER	NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	01	26115	3.3.90.39.58	chamadas locais fixo-fixo (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	Minutos	120.000
	02	26123	3.3.90.39.58	chamadas locais fixo-móvel (STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL - VC1)	Minutos	60.000
	03	26140	3.3.90.39.58	chamadas de longa distância fixo-móvel (STFC - LDN FIXO-MÓVEL - VC2 E VC3)	Minutos	24.000
	04	26131	3.3.90.39.58	chamadas de longa distância nacional (STFC - LDN FIXO-FIXO)	Minutos	24.000
	05	27839	3.3.90.39.58	chamadas de distância internacional (STFC - LDI)	Minutos	1200

1.3. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- 1.3.1. Estudo Técnico Preliminar (Documento SEI nº 59243908);
- 1.3.2. Mapa de Gerenciamento de Riscos (Documento SEI nº 59294480);
- 1.3.3. Encarte B - Instrumento de Medição do Resultado (Documento SEI nº 59380922);
- 1.3.4. Encarte C - Modelo de Declaração Formal de Vistoria (Documento SEI nº 59333077);
- 1.3.5. Encarte D - Modelo de Declaração Formal de Dispensa de Vistoria (Documento SEI nº 59333178);
- 1.3.6. Encarte E - Tabelas Referência para Aplicação de Multas (Documento SEI nº 59313437);
- 1.3.7. Encarte F - Modelo de Proposta (Documento SEI nº 59332973); e
- 1.3.8. Encarte G - Termo de Recebimento (SEI nº 59333028).

1.3.9. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

1.4. O estudo preliminar não será divulgado em sua íntegra pois contém informações classificadas como sigilosas nos termos da Lei nº 12.527/2011, sendo que o que consta neste Instrumento é um extrato das partes que não contém informações sigilosas.

2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

- 2.1.1. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como **comum**, visto que os padrões de desempenho e

qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2.2. Classificação do objeto quanto à sua forma de contratação

2.2.1. O serviço é enquadrado como **continuado** tendo em vista que a necessidade permanente ou prolongada do objeto impõe à parte contratada o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo durante a vigência contratual, nos moldes do art. 191, inciso I do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar (Documento SEI nº 59243908).

3.2. A presente contratação tem por finalidade garantir a continuidade dos serviços de comunicação institucional do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), possibilitando a realização de chamadas telefônicas locais, nacionais e internacionais necessárias ao desempenho das atividades administrativas, assistenciais e acadêmicas da instituição.

3.3. O serviço de telefonia fixa constitui recurso essencial para o funcionamento das unidades hospitalares, permitindo a comunicação entre setores internos, o contato com pacientes, fornecedores, órgãos públicos, instituições de saúde e demais usuários externos.

3.4. Atualmente, o HU-UFJF utiliza serviços de telefonia fixa prestados por operadora contratada, conforme registrado no **Processo SEI nº 23765.003627/2020-28**, cujos dados de faturamento e histórico de consumo foram utilizados como base para análise da demanda institucional e estimativa de quantitativos.

3.5. A necessidade da contratação também considera a **perspectiva de ampliação da capacidade operacional do hospital**, em razão da construção do novo complexo hospitalar, cuja conclusão está estimada para os próximos anos, o que poderá acarretar aumento gradual da demanda por serviços de telecomunicações.

3.6. A contratação encontra-se alinhada ao **Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (PDTIS) 2025-2026**, especificamente à **Ação A18 - Contratar serviços de telefonia (fixa e/ou móvel)**, vinculada à **Meta M03 - Contratar Serviços de TIC**, demonstrando aderência ao planejamento institucional.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo contida no Estudo Técnico Preliminar (Documento SEI nº 59243908), abrange a prestação do serviço de telefonia, especificamente, **Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)** para atendimento das necessidades de comunicação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), abrangendo as modalidades de chamadas:

4.1.1. Local;

4.1.2. Longa Distância Nacional (LDN);

4.1.3. Longa Distância Internacional (LDI).

4.2. Os serviços deverão ser disponibilizados por meio de **entroncamento digital CAS R2 ou Link SIP**, compatíveis com as centrais telefônicas existentes na instituição, permitindo a integração com os ramais internos distribuídos nos diversos setores das unidades hospitalares.

4.3. O hospital possui **duas centrais telefônicas instaladas em endereços distintos**, sendo necessário que a solução contratada garanta a conectividade e o funcionamento adequado das duas estruturas de telecomunicações.

4.4. A contratada deverá disponibilizar os meios técnicos necessários para interligação dos serviços de telefonia com as centrais telefônicas existentes na instituição, assegurando a plena utilização dos ramais internos e garantindo conectividade por meio de troncos digitais ou tecnologia equivalente.

4.5. A contratada deverá garantir a **portabilidade numérica** dos números institucionais atualmente utilizados pelo hospital, preservando os troncos principais **(32) 4009-5100 e (32) 4009-5300 e seus respectivos ramais**, assegurando a continuidade do atendimento telefônico e evitando impactos na comunicação com usuários externos.

4.6. A prestação dos serviços deverá observar os parâmetros de qualidade estabelecidos pela regulamentação da **Agência Nacional de Telecomunicações**, especialmente os regulamentos aplicáveis ao Serviço Telefônico Fixo Comutado.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRAÇÃO

5.1. Os requisitos mínimos necessários à contratação, abrangendo as exigências técnicas, operacionais e legais indispensáveis à adequada execução do objeto, de forma a atender às necessidades do HU-UFJF, a fim de assegurar a qualidade da prestação e garantir a observância da legislação aplicável são os previstos a seguir.

5.2. Da qualidade

5.2.1. As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados, sem ruídos ou interferências e com baixa incidência de quedas de ligação.

5.3. Da conectividade

5.3.1. A solução deverá garantir conectividade com as centrais telefônicas existentes por meio de:

5.3.1.1. Troncos de entrada e saída com sinalização SIP ou CAS R2 digital. Caso forneça em sinalização SIP a proponente deverá fornecer conversor de SIP para E1 com sinalizar CAS R2 digital;

5.3.1.2. Linhas telefônicas diretas (DDR);

5.3.1.3. Manutenção dos números telefônicos atualmente utilizados pela instituição, mediante procedimentos de portabilidade numérica dos ramais vinculados aos troncos (32) 4009-5100 e (32) 4009-5300, que abrangem 500 ramais.

5.4. Da capacidade

5.4.1. A contratada deverá disponibilizar capacidade suficiente para suportar o volume de chamadas simultâneas necessárias ao funcionamento do hospital.

5.5. **Da Portabilidade numérica**

5.5.1. A contratada deverá realizar, quando necessário, a portabilidade dos números telefônicos atualmente utilizados pela instituição, sem custos adicionais para a contratante.

5.6. **Da Regulamentação**

5.6.1. Os serviços deverão observar as normas e regulamentos expedidos pela **Agência Nacional de Telecomunicações**, aplicáveis ao Serviço Telefônico Fixo Comutado.

5.7. **Da subcontratação**

5.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.8. **Da garantia da execução**

5.8.1. Não será exigida garantia de execução do contrato pois os riscos da fase de Gestão do Contrato serão prevenidos e contingenciados conforme definido no Gerenciamento de Riscos (Documento SEI nº 59294480).

5.9. **Da vistoria**

5.9.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, no entanto sua realização é opcional, conforme estabelecido nos critérios de seleção do fornecedor deste Termo de Referência.

5.10. **Da transição contratual**

5.10.1. Não há necessidade de realização de transição contratual com transferência de conhecimentos, tendo em vista que a execução do objeto não demanda conhecimentos específicos ou customizados a serem repassados entre contratadas.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. **Do início da execução dos serviços**

6.1.1. Implantar os serviços contratados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações deste Instrumento.

6.2. **Da reunião inicial**

6.2.1. Antes do início da prestação dos serviços a Contratada em data e local a acordar com a equipe de fiscalização deverá realizar reunião inicial para apresentação de informações relevantes para prestação dos serviços.

6.3. **Local e horário da prestação dos serviços**

6.3.1. O atendimento para solução de problemas (acesso remoto) deverá ser ininterrupto nos seguintes endereços:

6.3.1.1. **UNIDADE DOM BOSCO** - localizada na Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº, bairro Dom Bosco, Juiz de Fora - MG;

6.3.1.2. **UNIDADE SANTA CATARINA** - localizada na Rua Catulo Breviglieri - s/nº - Bairro Santa Catarina, Juiz de Fora - MG.

6.3.2. Os serviços que necessitem de manutenção presencial em equipamentos ou cabeamento da contratante serão prestados das 8h às 16h, nos endereços acima citados.

6.4. **Materiais a serem disponibilizados**

6.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

6.5. **Especificação da garantia do serviço**

6.5.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.5.2. A Contratada será responsável pela reexecução dos serviços porventura não entregues ou entregues com defeito, vícios ou não compatíveis com as especificações originais do equipamento.

6.5.3. Na reexecução de serviços, a reposição de peças será por outras com especificações técnicas iguais, ou superiores, com aprovação prévia da Contratante, e sem custo adicional.

6.6. **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.7. **Do controle e fiscalização da execução**

6.7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 207 e 209 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh;

6.7.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.7.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste

6.7.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 203 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh;

6.7.5. A conformidade do material, da técnica ou do equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

6.7.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

6.7.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 228 e 229 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh;

6.7.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

6.7.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme **Encarte B (Documento SEI nº 59380922)**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

6.7.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

6.7.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

6.7.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

6.7.14. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

6.7.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência;

6.7.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

6.7.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

6.7.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

6.7.19. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

6.7.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais;

6.7.21. A indicação da equipe de gestão e fiscalização da futura contratação será a seguinte:

FUNÇÃO	EMPREGADO(A) OU SERVIDOR(A)	CPF	IAPI
GESTOR(A) DO CONTRATO	Eduardo de Moraes Furtado	XXX.701.226-XX	227XXXX
FISCAL TÉCNICO TITULAR DO CONTRATO	Aline Marques Honorato Lopes Da Silva	XXX.058.646-XX	227XXXX
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO DO	Diego Pereira de	XXX.516.276-XX	229XXXX

7. DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

7.1. Do recebimento e aceitação do objeto

7.1.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento do serviço, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual referente à efetiva prestação dos serviços;

7.1.1.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da Contratada cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato;

7.1.1.1.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento do objeto.

7.1.1.2. Passado os 5 (cinco) dias úteis a fiscalização deverá solicitar a comunicação do Gestor do Contrato para que a empresa emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto;

7.1.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir dos relatórios dos fiscais e da emissão da nota fiscal/fatura, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento do objeto, conforme **Encarte G (Documento SEI nº 59333028)**, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.1.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções; e

7.1.2.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.1.2.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.1.3. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

7.1.3.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada;

7.1.3.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 180 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh;

7.1.3.3. O prazo para recebimento da última etapa de execução será de 10 (dez) dias após realização da vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais;

7.1.3.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento.

7.1.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

7.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos/ substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.2. Do pagamento

7.2.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de Ordens Bancárias emitidas pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças (SIAFI) do Governo Federal, mediante o recebimento da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados;

7.2.1.1. Desde que atendidas às exigências da IN SEGES/ME nº 77/2022, os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento do objeto da NFS-e;

7.2.1.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 84 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do objeto da NFS-e.

7.2.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento do objeto da NFS-e no momento em que o gestor do contrato proceder à elaboração de termo circunstanciado manifestando o recebimento dos serviços;

7.2.1.3. Não se realizará pagamento do serviço prestado por meio de Boleto Bancário, os pagamentos serão efetuados, apenas, mediante apresentação de NFS-e.

7.2.2. Havendo erro na apresentação da NFS-e, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.2.3. A emissão da NFS-e deverá ocorrer do primeiro dia útil até o décimo dia do mês posterior ao da prestação de

serviços;

- 7.2.3.1. A emissão da NFS-e será precedida da análise dos fiscais do contrato;
- 7.2.3.2. As NFS-e poderão ser parciais, isto é, correspondente apenas aos dias em que o serviço foi executado ou à parcela do serviço que foi executada, de tal forma que o período de competência da prestação de serviços constante no documento fiscal seja compatível com o mês em que ocorreu a prestação dos serviços;
- 7.2.3.3. A NFS-e a que se referir a prestação de serviços deverá possuir validação do sistema da Prefeitura de Juiz de Fora caso a Contratada seja do município, ou da prefeitura do respectivo município do estabelecimento da Contratada;
- 7.2.3.4. A Contratada é obrigada a emitir NFS-e de serviço pelo município de estabelecimento e terá que encaminhar para o e-mail acordado com o gestor do contrato o documento em arquivo digital no formato .pdf.
- 7.2.3.5. A Contratada deverá obrigatoriamente destacar na NFS-e a tributação a ser retida, conforme artigo 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;
- 7.2.3.5.1. A Contratada que possua domicílio em Juiz de Fora, deverá utilizar o código municipal de contribuintes (CMC) de número 153.997/00-1, vinculado ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) 15.126.437/0025-10;
- 7.2.3.5.2. A Contratada deverá a apresentar a NFS-e com a descrição do objeto em conformidade com o contrato, de modo a permitir a conferência e o correto processamento do pagamento;
- 7.2.3.5.3. Ocorrendo o fornecimento de peças e outras partes a serem empregadas na prestação do serviço (serviços faturados por meio do código 14.01 e do 14.03), é obrigatório a emissão de nota fiscal de fornecimento de mercadoria, assim haverá duas emissões de notas fiscais, uma nota fiscal com a prestação de serviço tributada pelo ISS, que será o valor da mão de obra do serviço realizado, e outra nota fiscal de venda de mercadoria tributada pelo ICMS.
- 7.2.3.6. A NFS-e deverá conter na descrição, ou nas informações complementares, os seguintes dados: o período de prestação dos serviços; o número da contratação e o número do contrato correspondente; e os dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta corrente);
- 7.2.3.7. Conforme Anexo XI, item 3, da IN SEGES/MP nº 5/2017, além dos elementos descritos nos itens acima, a NFS-e deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:
- a) a competência da nota fiscal que deve ser o mês da data de emissão da nota fiscal, sendo este o mês posterior ao período de prestação de serviços;
 - b) a data de emissão posterior ao período de prestação dos serviços;
 - c) o valor a pagar;
 - d) o CNPJ do tomador do serviço, conforme previsto em Contrato;
 - e) o endereço do tomador, conforme previsto em Contrato;
 - f) o CNPJ do prestador do serviço, que deverá ser o mesmo que a Contratada apresentou nos documentos de habilitação da contratação que deu origem ao contrato;
 - g) os dados do contrato;
 - h) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.3.8. É possível a emissão da NFS-e pela filial ou matriz do CNPJ indicado no item 8.2.3.7, letra "f", desde que a filial ou matriz mantenha as condições de habilitação da contratação.
- 7.2.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.2.4.1. Não produziu os resultados acordados;
- 7.2.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.2.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2.5. A glosa ou retenção será formalizada por meio de formulário específico, assegurada à Contratada a ampla defesa;
- 7.2.6. Quando houver a glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar à Contratada para que emita a NFS-e com o valor exato com a aplicação da glosa do mês anterior, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Contratante, conforme Anexo XI, item 4.2, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017;
- 7.2.7. A Contratada deverá emitir a nota fiscal de prestação de serviços com base na medição do contrato ou valor mensal estipulado em sua proposta, o que for menor;
- 7.2.8. A diferença à maior entre a medição do contrato e o valor mensal estipulado em sua proposta poderá ser objeto de outra nota fiscal tendo em vista a possibilidade de ser necessária a aprovação de crédito orçamentário para execução da despesa;
- 7.2.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 7.2.10. A NFS-e deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais;
- 7.2.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da IN SEGES/MP nº 3/2018;
- 7.2.12. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, observadas as seguintes condições, conforme art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018;

7.2.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, deve-se providenciar a sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Contratada regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante, conforme incisos I e II do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018;

7.2.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Contratante, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, conforme inciso III do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018;

7.2.15. Persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do Contrato, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa, conforme inciso IV do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018;

7.2.16. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, conforme inciso V do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018;

7.2.16.1. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Superintendente do HU-UFJF, não será rescindido o Contrato na situação irregular no Sicaf, conforme inciso VI do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

7.2.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

7.2.17.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

7.2.17.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

7.2.17.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema;

7.2.17.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.2.17.5. Caso a Contratada tenha incentivo fiscal ou alíquota diferenciada deverá enviar declaração do seu contador responsável a respeito do enquadramento aplicável.

7.2.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.2.19. Em caso de dúvidas sobre emissão da NFS-e ou mudança do enquadramento fiscal, a Contratada deverá entrar em contato com o Setor de Contabilidade (SCONT) nos contatos informados pelo gestor do contrato.

7.2.20. Em caso de posicionamento sobre pagamento de NFS-e após findar dos prazos definidos neste item, a Contratada poderá entrar em contato com ao Setor de Gestão Orçamentária e Financeira (SGOF) nos contatos informados pelo gestor do contrato.

7.2.21. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. A presente contratação adotará como regime de execução a **empreitada por preço unitário**, caracterizada pela contratação por preço certo e total, previamente definido, abrangendo a integralidade do objeto, independentemente das quantidades efetivamente executadas, conforme art. 9º, inciso I do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. As obrigações decorrentes deste procedimento de seleção do fornecedor serão formalizadas mediante a celebração de Contrato Administrativo, com vigência por um período de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh.

9.1.1. O Contrato administrativo e suas alterações serão assinadas eletronicamente através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, mediante cadastro a ser realizado pelo HU-UFJF, após encerrada a fase seleção do fornecedor;

9.1.2. O Contrato administrativo deverá ser assinado no prazo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização para assinatura pela Unidade de Contratos.

9.1.3. Vincula-se ao presente termo de contrato, para fins de reajustamento o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).

10. DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Do enquadramento legal e da modalidade adotada

10.1.1. A presente contratação fundamenta-se no art. 6º, inciso IV, do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da

10.2. **Do modo de disputa**

10.2.1. A presente contratação adotará o modo de disputa **aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão lances públicos ou sucessivos, com prorrogações, conforme critério de julgamento adotado no instrumento convocatório.

10.3. **Do critério de julgamento**

10.3.1. A presente contratação adotará como critério de julgamento menor preço.

10.3.2. Os itens objeto da presente contratação encontram-se agrupados em lote único, considerando a natureza interdependente dos serviços/fornecimentos e a necessidade de garantir a adequada execução contratual, a padronização dos procedimentos e a eficiência operacional.

10.4. **Do intervalo mínimo entre lances**

10.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 1%.

10.5. **Do tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP)**

10.5.1. A contratação em tela não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte nos itens deste Termo devido a não existirem microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regional e localmente nos termos do art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

11. **DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

11.1. **Das condições de participação**

11.1.1. Formalização de declaração de não enquadramento na hipóteses de impedimento indiretos previstos no art. 70 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh e no art. 18, XI, da [Lei nº 15.321, de 31 de Dezembro de 2025](#) (Lei de Diretrizes Orçamentárias);

11.1.2. Formalização de proposta de forma clara e objetiva, em conformidade com este instrumento, na forma do modelo previsto no **Encarte F (Documento SEI nº 59332973)**.

11.1.3. As demais condições de participação serão detalhadamente estabelecidas no Edital da contratação, em estrita observância à legislação vigente e às disposições deste Termo de Referência.

11.2. **Da vistoria**

11.2.1. As empresas interessadas **poderão** realizar vistoria nos locais e instalações do fornecimento e da prestação dos serviços, de forma a obterem conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como, de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços;

11.2.2. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na contratação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas;

11.2.3. A vistoria deverá ser comunicada, previamente, pelas licitantes ao Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (SETISD) por meio do telefone (32) 4008-5418 ou pelo e-mail eduardo.furtado@ebserh.gov.br que agendará, em horário comercial, e indicará, se julgar conveniente, o profissional designado para acompanhamento;

11.2.3.1. A vistoria só deverá ser realizada mediante essa indicação ou autorização por escrito;

11.2.3.2. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes o licitante julgar necessário para a elaboração de sua proposta;

11.2.3.3. Os custos das vistorias correrão por exclusiva conta da licitante;

11.2.3.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

11.2.4. As licitantes deverão apresentar Declaração Formal de Vistoria realizada nas dependências do hospital, tomando conhecimento dos locais, dimensões, complexidade e dificuldade pertinentes à realização do objeto desta contratação, conforme instruções do **Encarte C (Documento SEI nº 59333077)**;

11.2.5. Não tendo sido feita a vistoria, o licitante deverá apresentar a Declaração Formal de Dispensa de Vistoria constante do **Encarte D (Documento SEI nº 59333178)**;

11.2.6. Na vistoria o licitante poderá efetuar medições para subsidiar a elaboração de suas propostas e eliminar possíveis omissões, falhas ou incompatibilidade;

11.2.7. O ato de apresentação de proposta, pelos licitantes, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Edital e seus anexos;

11.2.8. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11.3. **Das condições para contratação do fornecedor**

11.3.1. **Da habilitação jurídica**

11.3.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.3.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 48, de 2018, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.3.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.3.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.3.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.3.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta contratação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

11.3.1.8. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.3.2. **Da regularidade fiscal e trabalhista**

11.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

11.3.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.3.3. **Da qualificação econômico-financeira**

11.3.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

11.3.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

11.3.3.2.1. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

a) $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

b) $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

c) $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

11.3.3.2.2. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

11.3.3.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;

11.3.3.2.4. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.3.3.2.5. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.3.3.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

11.3.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

11.3.3.4.1. A escolha do percentual de 10% justifica-se pelo valor estimado da contratação em tela, que implica em valor plenamente viável de ser obtido pelos licitantes em termos de patrimônio líquido;

11.3.3.4.2. A previsão do percentual tomou por referência o previsto no Anexo VII-A "Diretrizes gerais para elaboração do ato convocatório", da Instrução Normativa nº 005/2017 SEGES/ME.

11.3.4. **Da qualificação técnica**

11.3.4.1. A Licitante deverá apresentar um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em seu nome, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 50% do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 01 (um) ano de serviços de características semelhantes às do objeto desta contratação.

11.3.4.1.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

11.3.4.1.2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.3.4.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano será aceito o somatório de atestados.

11.3.4.1.4. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação da experiência mínima, não havendo obrigatoriedade de 01 (um) ano ser ininterrupto.

11.3.4.1.5. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de contratação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

11.3.4.1.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, é admitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

12. DA INDICAÇÃO DE SIGILO DO ORÇAMENTO OU DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

12.1. Com a finalidade de averiguar o custo da contratação e obter o valor de referência para o certame, efetuou pesquisa de preços com base na [Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH](#).

12.2. Os resultados da pesquisa de preços encontram-se consolidados no Relatório de Pesquisa de Preços no processo SEI nº 23765.005415/2026-71 .

12.3. Conforme previsto no art. 30 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh e art. 34, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 a pesquisa de preços e o valor estimado serão considerados sigilosos.

13. DA DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

13.1. Das obrigações da contratante

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

13.1.3. Nomear Gestor e Fiscais para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

13.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.1.5. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.1.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.1.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13.1.8. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

13.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;

13.1.10. Aplicar à Contratada as sanções previstas na legislação e neste contrato;

13.1.11. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.1.11.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.1.11.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

13.1.11.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

13.1.11.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

13.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

- 13.1.14. Adotar as medidas judiciais cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 13.1.15. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 13.1.16. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos específicos quando a contratada houver se beneficiado de margem de preferência estabelecida em Edital;
- 13.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 13.1.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 13.1.19. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade.

13.2. Das obrigações da contratada

- 13.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados
- 13.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos
- 13.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.2.4.1. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 13.2.4.2. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
- 13.2.4.3. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso;
- 13.2.4.4. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da contratante.
- 13.2.4.5. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função
- 13.2.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada deverá entregar à Equipe de Fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 13.2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.2.7. Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 13.2.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto deste Instrumento;
- 13.2.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 13.2.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 13.2.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 13.2.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

13.2.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Instrumento;

13.2.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.2.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

13.2.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.2.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.

13.2.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.2.19. Não dar causa à mora ou descumprimentos das obrigações da Contratante, inclusive com relação aos documentos necessários para que seja realizado o pagamento;

13.2.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.2.21. Manter todos os dados cadastrais atualizados, em especial, telefone e endereço eletrônico, bem como os dados do Representante Legal com poderes para assumir responsabilidades, firmar acordos e compromissos e assinar instrumentos contratuais e de Testemunha para assinar em conjunto os instrumentos obrigacionais;

13.2.22. Informar, nas manifestações relativas a alterações dos instrumentos obrigacionais, os dados listados acima, mesmo que não tenham sofrido modificações;

13.2.23. Em caso de alteração do Representante Legal, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a constituição de poderes mencionados no itens acima;

13.2.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13.2.25. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.2.26. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.2.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato.

13.2.28. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.2.29. Os pedidos de informações e documentos realizados para fins de alteração ou prorrogação contratual realizados pela Unidade de Contratos ou pelo Gestor do Contrato deverão ser atendidos no prazo determinado na comunicação realizada ou no prazo de 5 (cinco) dias úteis na ausência de prazo específico.

13.2.30. Assinar o Termo de Quitação ao final da execução contratual, sendo condição indispensável para a liberação do pagamento final e para o cumprimento das demais disposições contratuais estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.30.1. A não assinatura do Termo de Quitação pela contratada implicará na retenção do pagamento final até que todas as pendências documentais sejam regularizadas, sem prejuízo das demais sanções contratuais que poderão ser aplicadas, conforme o disposto neste Termo de Referência.

13.2.30.2. O Termo de Quitação deverá detalhar todas as obrigações ainda pendentes entre as partes, evidenciando o cumprimento integral dos compromissos assumidos pela contratada e contratante ao longo da execução contratual.

13.2.31. Em caso de alteração do Representante Legal, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a constituição de poderes mencionados no itens acima;

13.2.32. Os pedidos de informações e documentos realizados para fins de alteração ou prorrogação contratual realizados pela Unidade de Contratos ou pelo Gestor do Contrato deverão ser atendidos no prazo determinado na comunicação realizada ou no prazo de 5 (cinco) dias úteis na ausência de prazo específico.

13.2.33. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.1.2. Multa da seguinte forma:

14.1.2.1. Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso

na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.1.2.2. Multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior;

14.1.2.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.1.2.4. Multa compensatória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 do **Encarte E (Documento SEI nº 59313437)**;

14.1.2.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

14.1.2.6. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem 15.1.2.3, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.1.2.7. O atraso injustificado acima de 60 (sessenta) dias caracterizará a inexecução total do objeto, cabendo a multa compensatória no percentual definido no subitem 15.1.2.3;

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.1.4. As sanções previstas nos subitens 15.1.1. e 15.1.3. poderão ser aplicadas com as previstas no subitem 15.1.2.

14.1.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

14.1.5.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.1.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

14.1.5.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços;

14.1.5.5. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;

14.1.5.6. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.5.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.5.9. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.5.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.5.11. Após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato ou da ata de registro de preços, não celebrar o aditivo de prorrogação;

14.1.5.12. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

14.1.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

14.1.7. Caberá apresentação de defesa prévia ou recurso contra a sanção imposta, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação para defesa prévia ou da notificação de imposição de sanção.

14.2. A autoridade competente, para aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

14.3. Das multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

14.3.1. Emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

14.3.1.1. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação de imposição de sanção enviada pela autoridade competente.

14.3.2. Não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com os Hospitais Universitários e a Administração Central, ainda que decorrentes de outros ajustes;

14.3.3. Na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

14.3.4. Não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh e o fornecedor sancionado.

14.4. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, poderá ser firmado **Termo de Ajustamento de Conduta** como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador.

14.5. São requisitos de admissibilidade para celebração de termo de ajustamento de conduta:

- a) não ter o interessado assinado outro termo de ajustamento de conduta com a Ebserh nos últimos dois anos;
- b) não possuir o interessado registro vigente de declaração de inidoneidade pela União, Estado ou Distrito Federal, impedimento de licitar e de contratar com a União, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh ou multa não quitada com a Ebserh;
- c) ausência de indício de crime ou improbidade administrativa.

14.6. **O descumprimento das obrigações previstas no termo de ajustamento de conduta acarretará a abertura ou o prosseguimento do processo administrativo sancionador e sujeitará o compromissário à sanção fixada no termo de ajustamento de conduta, bem como a sua execução, uma vez que o termo tem natureza de título executivo extrajudicial.**

14.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR);

14.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

14.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

14.10. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, nos termos da Lei nº 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh

14.11. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei nº 10.522/2002.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A adequação orçamentária foi devidamente registrada e encontra-se consignada no Processo SEI nº 23765.005415/2026-71

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica:

- 16.1.1. todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original;
- 16.1.2. sejam mantidas e as demais cláusulas e condições do contrato;
- 16.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e;
- 16.1.4. haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO (EPC)

A equipe de planejamento da contratação, no uso das atribuições definidas na Portaria SEI nº 049/2026 (SEI nº 57347474) e no Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0., **APROVA** o teor deste Termo de Referência e seus encartes, bem como Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 59243908) e Mapa de Gerenciamento de Riscos (SEI nº 59294480).

(assinado eletronicamente)

EDUARDO DE MORAES FURTADO

Analista de Tecnologia da Informação - Integrante Demandante e Coordenador da EPC

(assinado eletronicamente)

DANIEL RODRIGUES PEREIRA

Analista de Tecnologia da Informação - Integrante Demandante

(assinado eletronicamente)

PAULO HENRIQUE DE ASSIS

Analista de Tecnologia da Informação - Integrante Demandante

16.2. A equipe de fiscalização/responsável pelo recebimento do objeto manifesta ciência do conteúdo do Termo de Referência e da indicação, nos termos do art. 41, § 2º, da IN SEGES/MP nº 5/2017, para cumprimento das funções indicadas na Portaria-SEI de atribuição de Gestores e Fiscais.

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (EFC)

(assinado eletronicamente)

EDUARDO DE MORAES FURTADO

Analista de Tecnologia da Informação - Gestor do Contrato

(assinado eletronicamente)

ALINE MARQUES HONORATO LOPES DA SILVA

Assistente Administrativo - Fiscal Técnico Titular

(assinado eletronicamente)

DIEGO PEREIRA DE OLIVEIRA

Técnico de Tecnologia da Informação - Fiscal Técnico Substituto

16.3. Com base na delegação de competência definida no art. 33, do Regulamento de Compras e Contratos - RCC (versão 3.0), aprovo o presente Termo de Referência nos moldes em que se apresenta.

(assinado eletronicamente)

BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS

Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Moraes Furtado, Chefe de Setor**, em 29/04/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Pereira de Oliveira, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 29/04/2026, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Rodrigues Pereira, Integrante Técnico**, em 29/04/2026, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Assis, Analista de Tecnologia da Informação**, em 29/04/2026, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Azevedo Gomes Freitas, Gerente**, em 29/04/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60364117** e o código CRC **EF352CBA**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 60364117

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JUIZ DE FORA

Estudo Técnico Preliminar 18/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23765.000804/2026-18

2. Descrição da necessidade

2.1. O Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, necessita dispor de infraestrutura de telecomunicações (telefonia fixa) que possibilite a comunicação institucional entre setores assistenciais, administrativos e de apoio, bem como a comunicação externa com usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), fornecedores, instituições de ensino e demais órgãos públicos.

2.2. Nesse contexto, os serviços de telecomunicações constituem elemento essencial para a continuidade das atividades assistenciais, administrativas e acadêmicas desenvolvidas pela instituição. A contratação pretendida visa assegurar a prestação de serviços de comunicação de voz e dados, abrangendo o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

2.3. A comunicação telefônica fixa é utilizada para:

2.3.1. Comunicação entre setores administrativos e assistenciais;

2.3.2. Contato com outros estabelecimentos de saúde;

2.3.3. Comunicação com órgãos públicos;

2.3.4. Comunicação com fornecedores e prestadores de serviços;

2.3.5. Apoio às rotinas administrativas e assistenciais do hospital.

2.4. Apesar da crescente utilização de meios digitais de comunicação, o serviço de telefonia fixa permanece essencial para garantir comunicação institucional rápida, confiável e amplamente acessível.

2.5. Dessa forma, faz-se necessária a contratação de serviço de **Telefonia Fixa Comutada (STFC)** para assegurar a continuidade das atividades institucionais do hospital.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (SETISD)	Eduardo de Moraes Furtado

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os serviços deverão ser prestados por meio de infraestrutura de telefonia fixa disponibilizada por operadora autorizada pela agência reguladora competente, contemplando a disponibilização de linhas e tráfego telefônico nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN) e Internacional (LDI).

4.2. A prestação dos serviços deverá observar os seguintes requisitos operacionais:

4.2.1. A prestação dos serviços deverá contemplar:

4.2.1.1. realização de chamadas locais fixo–fixo (STFC - LOCAL FIXO-FIXO);

4.2.1.2. realização de chamadas locais fixo-móvel (STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL - VC1);

4.2.1.3. realização de chamadas de longa distância fixo-móvel (STFC - LDN FIXO-MÓVEL - VC2 E VC3);

4.2.1.3. realização de chamadas de longa distância nacional (STFC - LDN FIXO-FIXO);

4.2.1.4. realização de chamadas internacional (STFC - LDI);

4.2.1.5. Os valores de franquia/assinatura não serão cobrados, apenas de chamadas realizadas.

4.2.2. O encaminhamento das chamadas deverá ocorrer de forma que o usuário receba sinais audíveis padronizados nacionalmente, permitindo identificar o estado da chamada, conforme regulamentação vigente;

4.2.3. O tempo para obtenção do sinal de discagem deverá ocorrer em tempo adequado para utilização normal do serviço;

4.2.4. As tentativas de realização de chamadas locais e de longa distância nacional deverão resultar, em condições normais de rede, em comunicação com o terminal chamado;

4.2.5. As chamadas deverão ser realizadas com qualidade de transmissão adequada, com níveis aceitáveis de sinal, baixa incidência de ruídos ou interferências e reduzida ocorrência de quedas de chamadas;

4.2.6. A rede disponibilizada pela contratada deverá possuir capacidade suficiente para atender à demanda institucional da contratante, com range de 500 ramais, evitando congestionamentos e chamadas perdidas.

4.3. Infraestrutura de atendimento ao serviço

4.3.1. A prestação dos serviços deverá ser compatível com a infraestrutura de telefonia existente no Hospital Universitário da UFJF. A contratada deverá disponibilizar os meios técnicos necessários para integração com as centrais telefônicas institucionais existentes, com a inclusão de:

4.3.1.1. linhas telefônicas diretas (DDR);

4.3.1.2. integração com as centrais telefônicas existentes na instituição;

4.3.1.3. fornecimento de entroncamento digital ou tecnologia equivalente compatível com as centrais telefônicas da contratante;

4.3.1.4. manutenção dos números telefônicos atualmente utilizados pela instituição, mediante procedimentos de portabilidade numérica dos números vinculados aos troncos (32) 4009-5100 e (32) 4009-5300, que abrangem 500 ramais;

4.3.1.4. deverá fornecer e conectar troncos de entrada e saída com sinalização SIP ou CAS R2 digital. Caso forneça em sinalização SIP a proponente deverá fornecer conversor de SIP para E1 com sinalizar CAS R2 digital.

4.3.2. A infraestrutura disponibilizada pela contratada deverá ser suficiente para garantir a qualidade e a continuidade das comunicações telefônicas institucionais.

4.4. Continuidade e disponibilidade do serviço:

4.4.1. Considerando a natureza das atividades desempenhadas pelo hospital, os serviços deverão ser prestados de forma contínua, garantindo disponibilidade permanente das comunicações telefônicas institucionais;

4.4.2. A infraestrutura disponibilizada pela contratada deverá possuir capacidade suficiente para atender à demanda de chamadas telefônicas do hospital, considerando o volume médio de utilização histórica identificado nos levantamentos realizados durante a fase de planejamento da contratação;

4.4.3. Eventuais falhas ou interrupções do serviço deverão ser tratadas pela contratada com a máxima celeridade, de forma a minimizar impactos às atividades da instituição.

4.5. Faturamento e controle do consumo:

4.5.1. A contratada deverá disponibilizar à contratante faturamento detalhado dos serviços prestados, contendo informações que permitam o acompanhamento do consumo de cada modalidade e a adequada gestão do contrato;

4.5.2. O detalhamento das chamadas deverá possibilitar a identificação dos serviços contratados e permitir o controle administrativo do uso da telefonia institucional.

4.6. Serviços de instalação e ativação:

4.6.1. Quando aplicável, a contratada será responsável pela instalação, ativação e configuração dos serviços necessários para disponibilização da telefonia fixa à contratante;

- 4.6.2. Todos os custos relacionados a materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos necessários à ativação do serviço deverão ser suportados pela contratada;
- 4.6.3. Caso seja necessária interrupção temporária do serviço durante o processo de implantação ou ativação, a contratada deverá comunicar previamente à contratante, informando o período estimado de indisponibilidade;
- 4.6.4. Os serviços serão prestados nas duas Unidade Físicas principais do HU-UFJF, Unidade Santa Catarina e Unidade Dom Bosco conforme o seguinte quadro.

ORGÃO	CÓDIGO NACIONAL DDD	CEP	LOCALIZAÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA ENDEREÇO COMPLETO	MODELO DA CENTRAL TELEFÔNICA	QUANTIDADE ESTIMADA DE TRANCOS E1 COM USO	QUANTIDADE DE RAMAIS PREVISTOS
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES /HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JUIZ DE FORA	32	36038-330	Av. Eugênio do Nascimento, s /nº - Bairro Dom Bosco - Juiz de Fora - MG	MX-ONE V.7	1	300
		36036-110	Rua Catulo Breviglieri, s /nº - Bairro Santa Catarina - Juiz de Fora - MG	ERICSON BP 250 ou ERICSON MD-TSW 110	1	200

4.7. Caracterização do serviço como continuado:

- 4.7.1. Os serviços de telefonia fixa enquadram-se como serviços de natureza continuada, uma vez que são indispensáveis ao funcionamento das atividades institucionais do hospital;
- 4.7.2. A eventual interrupção do serviço poderia comprometer a comunicação entre setores internos e externos, impactando negativamente o funcionamento das atividades administrativas e assistenciais da instituição;
- 4.7.3. Dessa forma, a contratação deverá assegurar a prestação contínua do serviço ao longo da vigência contratual.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para atendimento das necessidades de comunicação telefônica institucional do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), bem como verificar a existência de fornecedores aptos a prestar o serviço pretendido.
- 5.2. O mercado brasileiro de telecomunicações possui ampla oferta de serviços de **Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)**, prestados por empresas autorizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações, que regulamenta e supervisiona a prestação de serviços de telecomunicações no país.
- 5.3. Entre as operadoras que tradicionalmente prestam serviços de telefonia fixa no território nacional, destacam-se empresas como:
- 5.3.1. Claro S.A.
 - 5.3.2. Telefônica Brasil S.A. (Vivo)
 - 5.3.3. Oi S.A.
 - 5.3.4. TIM S.A.

5.4. Essas empresas possuem infraestrutura de rede e capacidade técnica para prestação de serviços de telefonia fixa em diferentes modalidades, incluindo chamadas locais e de longa distância nacional.

5.5. A existência de múltiplos prestadores no mercado demonstra a viabilidade de realização de processo licitatório para contratação do serviço pretendido, com potencial de obtenção de propostas competitivas.

5.6. Soluções Tecnológicas Disponíveis

5.6.1. Durante o levantamento de mercado foram identificadas diferentes soluções tecnológicas utilizadas para prestação de serviços de comunicação por voz, entre as quais se destacam:

5.6.2. Telefonia Fixa Convencional (STFC)

5.6.2.1. Consiste na prestação do serviço tradicional de telefonia fixa por operadoras autorizadas, utilizando infraestrutura própria de telecomunicações. Características principais:

- 5.6.2.1.1. elevada confiabilidade;
- 5.6.2.1.2. ampla cobertura territorial;
- 5.6.2.1.3. compatibilidade com centrais telefônicas institucionais;
- 5.6.2.1.4. facilidade de implantação.

5.6.3. Telefonia baseada em VoIP

5.6.3.1. Solução em que as chamadas são realizadas por meio da rede de dados utilizando protocolo de internet. Características principais:

- 5.6.3.1.1. possibilidade de redução de custos de chamadas;
- 5.6.3.1.2. maior flexibilidade tecnológica.

5.6.3.2. Entretanto, essa solução depende fortemente da infraestrutura de rede de dados da instituição e pode demandar investimentos adicionais em equipamentos e adequações tecnológicas.

5.6.4. Tronco SIP

5.6.4.1. Tecnologia utilizada em sistemas de telefonia IP para interligação com operadoras de telecomunicações. Características principais:

- 5.6.4.1.1. integração com soluções modernas de telefonia;
- 5.6.4.1.2. possibilidade de escalabilidade.

5.6.4.2. Contudo, sua implementação pode exigir adequações na infraestrutura de telecomunicações existente na instituição.

5.7. Solução mais adequada ao cenário do HU-UFJF

5.7.1. Após análise das soluções disponíveis no mercado, verificou-se que a contratação de **Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)** permanece como alternativa tecnicamente adequada para atendimento das necessidades atuais do hospital.

5.7.2. Essa solução apresenta as seguintes vantagens para o cenário institucional:

- 5.7.2.1. compatibilidade com a infraestrutura de telefonia existente;
- 5.7.2.2. simplicidade de implantação e operação;
- 5.7.2.3. elevada confiabilidade do serviço;
- 5.7.2.4. ampla oferta de fornecedores no mercado.

5.8. A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar e das etapas relacionadas ao planejamento da contratação observou as disposições estabelecidas no Regulamento de Compras e Contratações da Ebserh – RCC 3.0, em especial o disposto no Título II, Capítulo III, que trata do planejamento das contratações.

5.9. Nesse contexto, foram considerados os seguintes dispositivos:

5.9.1. Título II, Capítulo III, Seção III, que estabelece as diretrizes para elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP);

5.9.2. Título II, Capítulo III, Seção IV, que dispõe sobre a realização do estudo de mercado e da pesquisa de preços no âmbito das contratações da instituição.

5.10. Assim, o presente estudo foi elaborado em conformidade com as orientações estabelecidas no RCC 3.0, observando as etapas de planejamento necessárias para subsidiar a tomada de decisão quanto à viabilidade e adequação da contratação pretendida.

5.11. Dessa forma, conclui-se que a contratação de **STFC nas modalidades Local e Longa Distância Nacional e Internacional** representa solução adequada para garantir a continuidade das comunicações institucionais do hospital.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), destinado a atender às necessidades de comunicação institucional do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF) conforme detalhado no item 7 deste estudo.

6.2. O serviço deverá ser prestado por empresa devidamente autorizada a operar serviços de telecomunicações no território nacional, em conformidade com a regulamentação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, observando os padrões técnicos, operacionais e de qualidade aplicáveis à prestação do serviço de telefonia fixa.

6.3. A solução tem por finalidade garantir a continuidade das comunicações telefônicas institucionais do hospital, possibilitando a realização de chamadas telefônicas entre os diversos setores administrativos, assistenciais e acadêmicos da instituição, bem como a comunicação com instituições externas, órgãos públicos, estabelecimentos de saúde, fornecedores, prestadores de serviços, pacientes e demais usuários relacionados às atividades do hospital.

6.4. A prestação do serviço deverá contemplar a disponibilização de infraestrutura de telefonia fixa que permita a realização de chamadas nas modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, garantindo qualidade adequada de transmissão, estabilidade das comunicações e capacidade suficiente para atender à demanda institucional da contratante.

6.5. A solução deverá atender às necessidades de comunicação de duas centrais telefônicas institucionais localizadas em endereços distintos, que integram a estrutura operacional do hospital. Dessa forma, a infraestrutura de telecomunicações disponibilizada pela contratada deverá ser capaz de atender simultaneamente as duas unidades, garantindo o funcionamento adequado das comunicações telefônicas em ambas as localidades.

6.6. A contratada deverá disponibilizar os meios técnicos necessários para a interligação dos serviços de telefonia com as centrais telefônicas existentes na instituição, assegurando a plena utilização dos ramais internos distribuídos nos diversos setores das unidades hospitalares, devendo a solução garantir a conectividade e conectar troncos de entrada e saída com sinalização SIP ou CAS R2 digital. Caso forneça em sinalização SIP a proponente deverá fornecer conversor de SIP para E1 com sinalizar CAS R2 digital, compatíveis com a infraestrutura de telecomunicações existente. Adicionalmente, a contratada deverá realizar a portabilidade numérica dos 500 ramais DDR utilizados pelo hospital, preservando os números vinculados aos troncos (32) 4009-5100 e (32) 4009-5300, de modo a assegurar a continuidade das comunicações institucionais e evitar impactos no atendimento telefônico externo.

6.7. Deverá ser assegurada a manutenção dos números telefônicos atualmente utilizados pela instituição, mediante procedimentos de portabilidade numérica entre operadoras, conforme regulamentação vigente, de forma a evitar prejuízos à comunicação institucional e à continuidade do atendimento telefônico externo.

6.8. A infraestrutura disponibilizada pela contratada deverá possuir capacidade adequada para suportar o volume de chamadas originadas pela instituição, evitando congestionamentos de rede e garantindo que as comunicações telefônicas ocorram com qualidade satisfatória, sem ocorrência frequente de ruídos, interferências ou quedas de ligação.

6.9. A contratada deverá assegurar a disponibilidade contínua do serviço durante toda a vigência contratual, garantindo níveis adequados de qualidade e desempenho da rede, bem como prestar suporte técnico especializado para tratamento de eventuais falhas ou indisponibilidades, de forma a restabelecer o serviço no menor tempo possível.

6.10. Adicionalmente, a contratada deverá disponibilizar faturamento detalhado dos serviços prestados, permitindo à Administração acompanhar o consumo de telefonia institucional, incluindo a discriminação das chamadas realizadas nas modalidades local, longa distância nacional e internacional, contribuindo para a adequada gestão e controle da utilização do serviço.

6.11. Sempre que necessário, a contratada será responsável pela instalação, ativação e configuração dos serviços de telefonia fixa, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais recursos técnicos necessários para a disponibilização da solução, sem prejuízo ao funcionamento da infraestrutura de telecomunicações existente na instituição.

6.12. Considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelo Hospital Universitário da UFJF, o serviço de telefonia fixa caracteriza-se como serviço essencial ao funcionamento das atividades institucionais, devendo ser prestado de forma contínua e com níveis adequados de qualidade, de modo a assegurar a manutenção das comunicações necessárias ao desempenho das funções administrativas, assistenciais, acadêmicas e de pesquisa desenvolvidas pela instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi realizada com base na análise do histórico de utilização dos serviços de telefonia fixa do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), considerando os dados de consumo registrados durante a vigência do contrato atual de telefonia.

7.2. Para subsidiar o dimensionamento da contratação, foi analisada planilha detalhada contendo os registros de faturamento das ligações realizadas a partir das centrais telefônicas da instituição, contemplando as diferentes modalidades de chamadas realizadas no período analisado.

7.3. A análise do histórico de utilização permitiu identificar o perfil de consumo institucional, abrangendo chamadas nas seguintes modalidades:

- 7.3.1. Chamadas locais fixo-fixo;
- 7.3.2. Chamadas locais fixo-móvel;
- 7.3.3. Chamadas de longa distância nacional (LDN) fixo-fixo;
- 7.3.4. Chamadas de longa distância nacional (LDN) fixo-móvel;
- 7.3.5. Chamadas de longa distância internacional (LDI).

7.4. Observa-se que a maior parte das comunicações telefônicas institucionais concentra-se em ligações locais entre telefones fixos, seguidas pelas ligações de longa distância nacional entre telefones fixos, o que reflete o padrão de comunicação entre setores da Administração Pública, instituições de saúde, universidades, órgãos governamentais e demais entidades relacionadas às atividades do hospital. As chamadas Fixo-móvel apresetem baixa utilização por existir um contrato específico de telefonia móvel para a diminuição dos custos de ligação.

7.5. A estimativa das quantidades para a nova contratação considera esse histórico de consumo como referência para dimensionamento da solução, bem como a necessidade de garantir capacidade suficiente para atendimento das demandas das duas centrais telefônicas instaladas em endereços distintos, que compõem a infraestrutura de telefonia institucional do hospital.

7.6. Além disso, a solução deverá contemplar a possibilidade de realização de chamadas internacionais, ainda que em volume reduzido, considerando a natureza acadêmica e hospitalar da instituição, que pode demandar comunicação com instituições estrangeiras no âmbito de atividades científicas, acadêmicas ou administrativas.

7.7. Dessa forma, a definição das quantidades a serem contratadas baseia-se no histórico médio de consumo institucional observado durante a vigência contratual dos anos de 2024 e 2025, acrescido de margem de segurança para absorver eventuais variações na demanda, garantindo a continuidade e a adequada prestação do serviço de telefonia fixa necessário ao funcionamento das atividades do Hospital Universitário da UFJF. Portanto, resulta no seguinte perfil de tráfego:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL
1	26115	chamadas locais fixo-fixo (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	Minutos	10.000
2	26123	chamadas locais fixo-móvel (STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL - VC1)	Minutos	5.000
3	26140	chamadas de longa distância fixo-móvel (STFC - LDN FIXO-MÓVEL - VC2 E VC3)	Minutos	2.000
4	26131	chamadas de longa distância nacional (STFC - LDN FIXO-FIXO)	Minutos	2.000

5	27839	chamadas de distância internacional (STFC - LDI)	Minutos	100
---	-------	---	---------	-----

7.8. A estimativa dos quantitativos a serem contratados foi elaborada com base na análise do histórico de consumo dos serviços de telefonia fixa registrados nos exercícios de 2024 e 2025, tendo como principal referência os dados constantes no Processo SEI nº 23765.003627/2020-28, referente ao contrato de prestação de serviços de telefonia fixa firmado com a empresa EMBRATEL/CLARO S.A.

7.9. O planejamento da contratação observou as disposições estabelecidas no Regulamento de Compras e Contratações da Ebserh – RCC 3.0, em especial o disposto no Título II, Capítulo III, Seção IV, que dispõe sobre a realização do estudo de mercado e da pesquisa de preços no âmbito das contratações da instituição.

7.10. Adicionalmente, a estimativa considerou a perspectiva de ampliação da capacidade operacional do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), em razão da nova obra em andamento na unidade hospitalar, cuja conclusão está prevista para ocorrer no prazo aproximado de três anos. Tal expansão poderá implicar aumento gradual da demanda por serviços de comunicação institucional, especialmente em decorrência da ampliação de setores assistenciais, administrativos e de apoio.

7.11. Dessa forma, o dimensionamento da contratação considerou tanto o histórico de consumo observado quanto a expectativa de crescimento da demanda decorrente da expansão da infraestrutura hospitalar, de modo a garantir que a solução contratada seja capaz de atender adequadamente às necessidades atuais e futuras da instituição.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Conforme previsto no art. 30 do Regulamento de Compras e Contratos (RCC 3.0) da Ebserh e art. 34, § 1º, da Lei nº 13.303/2016 a pesquisa de preços e o valor estimado serão considerados sigilosos.]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução proposta refere-se à contratação de serviços de telefonia fixa (Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC) para atendimento das necessidades institucionais do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF).

9.2. Após análise das características do objeto e das necessidades operacionais da instituição, verificou-se que não é tecnicamente recomendável o parcelamento da solução, uma vez que a prestação dos serviços de telefonia fixa depende de infraestrutura de telecomunicações integrada e de gestão unificada da rede.

9.3. A contratação dos serviços em um único instrumento contratual apresenta vantagens administrativas, operacionais e econômicas para a Administração. A consolidação dos serviços em um único contrato possibilita ganhos de escala, uma vez que contratos de maior volume permitem às operadoras de telecomunicações diluir custos operacionais e administrativos, refletindo potencialmente em propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

9.4. Além disso, a centralização dos serviços em um único contrato contribui para a simplificação da gestão contratual, reduzindo a necessidade de acompanhamento simultâneo de múltiplos instrumentos contratuais e facilitando o controle e a fiscalização da execução dos serviços por parte da Administração.

9.5. Do ponto de vista operacional, a existência de um único contrato permite que a empresa contratada disponibilize estrutura de suporte e acompanhamento centralizada, por meio de preposto responsável pela interlocução com a instituição, contribuindo para maior eficiência na gestão das demandas relacionadas à prestação do serviço.

9.6. Adicionalmente, a contratação unificada possibilita maior padronização das condições técnicas e operacionais da prestação dos serviços, bem como maior eficiência na gestão administrativa e financeira do contrato, reduzindo custos indiretos associados à gestão contratual e otimizando os procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução do serviço pelos servidores responsáveis.

9.7. Dessa forma, considerando as características técnicas do serviço de telefonia fixa, a necessidade de integração da infraestrutura de telecomunicações e as vantagens administrativas e econômicas decorrentes da contratação unificada, conclui-se que o parcelamento da solução não se mostra adequado para a presente contratação, sendo mais vantajosa para a Administração a realização de contratação única para a prestação dos serviços pretendidos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Registra-se que o Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF) possui histórico de contratação de serviços de telefonia fixa para atendimento de suas necessidades institucionais.

10.2. Nesse contexto, destaca-se o Processo SEI nº 23765.003627/2020-28, que tratou da contratação de serviços de telefonia no âmbito da instituição, contemplando a prestação de serviços de telecomunicações para atendimento das demandas de comunicação telefônica das unidades do hospital.

10.3. A análise do referido processo administrativo, bem como da execução contratual decorrente, permitiu identificar o perfil de utilização dos serviços de telefonia institucional, subsidiando o levantamento de informações relevantes para a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, tais como padrões de consumo, modalidades de chamadas mais utilizadas e necessidades operacionais relacionadas à infraestrutura de telecomunicações existente.

10.4. Assim, o histórico de contratação registrado no Processo SEI nº 23765.003627/2020-28 foi considerado como uma das referências para o planejamento da nova contratação, contribuindo para o adequado dimensionamento da solução e para a definição das necessidades futuras do Hospital Universitário da UFJF no que se refere aos serviços de telefonia fixa.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), considerando a necessidade permanente de manutenção dos serviços de comunicação telefônica utilizados para suporte às atividades administrativas, assistenciais, acadêmicas e de gestão desenvolvidas pela instituição.

11.2. Os serviços de telefonia fixa constituem importante instrumento de comunicação institucional, possibilitando a interação entre os diversos setores internos do hospital, bem como a comunicação com órgãos públicos, instituições de saúde, fornecedores, prestadores de serviços, pacientes e demais usuários externos relacionados às atividades do hospital.

11.3. Nesse contexto, a contratação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) contribui para assegurar a continuidade das comunicações necessárias ao pleno funcionamento das atividades institucionais da unidade hospitalar.

11.4. Destaca-se que a presente contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (PDTIS) 2025–2026, especificamente à Ação A18 – Contratar serviços de telefonia (fixa e/ou móvel), vinculada à Meta M03 – Contratar Serviços de TIC, que estabelece diretrizes para garantir a disponibilidade de soluções de tecnologia da informação e comunicação necessárias ao suporte das atividades institucionais.

11.5. O planejamento da contratação observou as disposições estabelecidas no Regulamento de Compras e Contratações da Ebserh – RCC 3.0, em especial o disposto no Título II, Capítulo III, Seção IV, que dispõe sobre a realização do estudo de mercado e da pesquisa de preços no âmbito das contratações da instituição.

11.6. Dessa forma, a contratação pretendida contribui para o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento estratégico de tecnologia da informação e saúde digital da instituição, reforçando o alinhamento entre as necessidades operacionais do hospital e as diretrizes de governança e planejamento institucional.

11.7. Assim, conclui-se que a contratação pretendida encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes estratégicas de tecnologia da informação e comunicação do HU-UFJF, contribuindo para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de comunicação telefônica necessários ao funcionamento das atividades da instituição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) tem como objetivo garantir a continuidade e a eficiência das comunicações institucionais no âmbito do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF).

12.2. Entre os principais benefícios esperados com a contratação destacam-se:

12.2.1. Garantia de continuidade das comunicações institucionais:

12.2.1.1. A disponibilização de serviços de telefonia fixa permitirá a manutenção das comunicações necessárias ao funcionamento das atividades administrativas, assistenciais, acadêmicas e de gestão do hospital, assegurando a interação entre setores internos e a comunicação com usuários externos.

12.2.2. Melhoria da eficiência operacional:

12.2.2.1. A disponibilidade de serviço de telefonia com qualidade adequada contribuirá para a agilidade na comunicação entre equipes, setores administrativos, unidades assistenciais e instituições externas, favorecendo a eficiência dos processos institucionais.

12.2.3. Suporte às atividades assistenciais e administrativas:

12.2.3.1. A telefonia institucional é ferramenta essencial para contato com pacientes, fornecedores, instituições de saúde, órgãos públicos e demais parceiros institucionais, possibilitando o adequado suporte às atividades desenvolvidas pela instituição.

12.2.4. Adequação da solução às necessidades institucionais:

12.2.4.1. A contratação permitirá a disponibilização de serviço compatível com a infraestrutura de telecomunicações existente no hospital, atendendo às demandas das centrais telefônicas instaladas nas unidades da instituição.

12.2.5. Melhoria na gestão e controle do serviço:

12.2.5.1. A contratação permitirá acompanhamento sistemático do consumo de telefonia por meio de faturamento detalhado e gestão contratual centralizada, contribuindo para maior controle administrativo e financeiro da utilização do serviço.

12.2.6. Alinhamento com o planejamento institucional de TIC:

12.2.6.1. A solução contribui para o atendimento das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (PDTIS) 2025–2026, especialmente no que se refere à disponibilização de serviços de comunicação necessários ao suporte das atividades institucionais.

12.2.7. Racionalização da gestão contratual:

12.2.7.1. A contratação unificada dos serviços possibilita maior eficiência na gestão administrativa e na fiscalização contratual, reduzindo a necessidade de múltiplos instrumentos contratuais e simplificando os processos de acompanhamento da execução do serviço.

12.3. Dessa forma, espera-se que a contratação dos serviços de telefonia fixa contribua para garantir a continuidade das comunicações institucionais, melhorar a eficiência dos processos internos e assegurar a disponibilidade de infraestrutura de comunicação adequada às necessidades operacionais do Hospital Universitário da UFJF.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a adequada implementação da solução proposta e garantir a plena execução do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa, a Administração deverá adotar algumas providências prévias à formalização e ao início da execução contratual.

13.2. Inicialmente, será necessário assegurar a disponibilidade da infraestrutura interna de telecomunicações existente na instituição, incluindo as centrais telefônicas instaladas nas unidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), bem como os sistemas e equipamentos utilizados para a distribuição das chamadas telefônicas entre os ramais institucionais.

13.3. A Administração também deverá disponibilizar à empresa contratada as informações técnicas necessárias para a correta integração dos serviços de telefonia com a infraestrutura existente, tais como dados relativos às centrais telefônicas, configuração de ramais e demais elementos necessários para a adequada implantação e funcionamento do serviço.

13.4. Nos casos em que houver necessidade de manutenção dos números telefônicos atualmente utilizados pela instituição, a portabilidade numérica deverá ser realizada pela empresa contratada, em conformidade com a regulamentação vigente aplicável aos serviços de telecomunicações, garantindo a continuidade das comunicações institucionais e evitando prejuízos ao atendimento telefônico externo.

13.5. Adicionalmente, deverão ser designados formalmente os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, os quais terão a atribuição de acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais e adotar as providências necessárias para assegurar a adequada prestação do serviço contratado.

13.6. A Administração também deverá promover a comunicação interna aos setores da instituição quanto à eventual realização de atividades de instalação, ativação ou adequação técnica relacionadas à implantação da solução contratada, de forma a minimizar eventuais impactos no funcionamento das atividades institucionais.

13.7. Ressalta-se que não foram identificadas necessidades de realização de obras ou aquisições adicionais de infraestrutura para viabilizar a contratação pretendida, uma vez que o hospital já dispõe de infraestrutura de telefonia instalada e em funcionamento.

13.8. Dessa forma, as providências a serem adotadas pela Administração concentram-se principalmente na organização administrativa do processo de contratação, na disponibilização de informações técnicas necessárias para a implantação do serviço e na designação de responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para atendimento das necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF) apresenta, em geral, baixo impacto ambiental direto, uma vez que se trata predominantemente da prestação de serviços de telecomunicações por meio de infraestrutura já existente das operadoras.

14.2. A execução do contrato não envolve, em regra, a realização de obras civis, intervenções estruturais significativas ou utilização intensiva de recursos naturais no âmbito das instalações da contratante, considerando que a infraestrutura necessária para utilização do serviço de telefonia fixa já se encontra instalada e em funcionamento na instituição.

14.3. Eventuais impactos ambientais podem estar relacionados principalmente ao uso de equipamentos de telecomunicações, consumo de energia elétrica associado à operação das redes e à geração de resíduos eletrônicos ao longo do ciclo de vida dos equipamentos utilizados pelas operadoras para prestação do serviço.

14.4. Entretanto, tais impactos são inerentes à atividade de telecomunicações e encontram-se sujeitos à regulamentação e às práticas de gestão ambiental adotadas pelas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, que devem observar a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis ao setor.

14.5. Adicionalmente, quando houver necessidade de instalação ou substituição de equipamentos relacionados à prestação do serviço, a contratada deverá adotar práticas adequadas de gestão de resíduos, incluindo a destinação ambientalmente adequada de equipamentos e componentes eletrônicos eventualmente substituídos.

14.6. Dessa forma, considerando as características da solução proposta, conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são reduzidos e podem ser adequadamente mitigados mediante a observância da legislação ambiental aplicável e das boas práticas de gestão ambiental por parte da empresa contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) mostra-se tecnicamente viável e necessária para atender às demandas de comunicação institucional do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF).

A avaliação da necessidade da contratação demonstrou que os serviços de telefonia fixa constituem recurso essencial para o funcionamento das atividades administrativas, assistenciais e acadêmicas da instituição, possibilitando a comunicação entre os diversos setores do hospital e o contato com órgãos públicos, instituições de saúde, fornecedores, pacientes e demais usuários externos.

A análise do histórico de consumo do serviço de telefonia institucional permitiu identificar o perfil de utilização das ligações realizadas pela instituição, subsidiando o dimensionamento adequado da solução e demonstrando a necessidade de manutenção do serviço para garantir a continuidade das comunicações institucionais.

O levantamento de mercado evidenciou a existência de fornecedores aptos a prestar os serviços pretendidos, bem como a disponibilidade de soluções tecnológicas compatíveis com a infraestrutura de telecomunicações existente na instituição, incluindo as centrais telefônicas instaladas nas unidades do hospital.

Adicionalmente, verificou-se que a contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional, em especial ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (PDTIS) 2025–2026, especificamente à Ação A18 – Contratar serviços de telefonia (fixa e/ou móvel), vinculada à Meta M03 – Contratar Serviços de TIC, reforçando a aderência da solução às diretrizes estratégicas de tecnologia da informação e comunicação da instituição.

Também foi constatado que a solução proposta não apresenta impactos ambientais relevantes, além de não demandar investimentos significativos em infraestrutura adicional por parte da Administração, uma vez que o hospital já dispõe de estrutura de telefonia compatível com a prestação do serviço.

Dessa forma, considerando a necessidade institucional identificada, a compatibilidade da solução com a infraestrutura existente, a disponibilidade de fornecedores no mercado e o alinhamento da contratação com o planejamento institucional, conclui-se pela viabilidade da contratação dos serviços de telefonia fixa para atendimento das necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

EDUARDO DE MORAES FURTADO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 08:46:48.

PAULO HENRIQUE DE ASSIS

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 08:58:56.

DANIEL RODRIGUES PEREIRA

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 09:10:54.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JUIZ DE FORA

Matriz de Gerenciamento de Riscos 8/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

8/2026

Responsável pela Edição

EDUARDO DE MORAES FURTADO

Data de Criação

13/03/2026 09:48

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Assinado (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de serviços telefônico fixo comutado (STFC)

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Superdimensionamento da estimativa de consumo/chamadas	Margem de segurança excessiva ou projeção inadequada da demanda	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Valor estimado da contratação acima da necessidade real

Ações Preventivas

P-01 Utilizar média histórica de consumo e análise comparativa com contratos similares

Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, DANIEL RODRIGUES PEREIRA, PAULO HENRIQUE DE ASSIS**Ações de Contingência**

C-01 Revisar quantitativos em eventual prorrogação contratual ou em nova contratação

Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Incompatibilidade técnica entre a solução contratada e as centrais telefônicas existentes	Levantamento técnico incompleto da infraestrutura de telefonia	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Dificuldade de integração com as centrais existentes e atraso na implantação

Ações Preventivas

P-01 Realizar levantamento técnico detalhado da infraestrutura antes da licitação

Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, DANIEL RODRIGUES PEREIRA, PAULO HENRIQUE DE ASSIS**Ações de Contingência**

C-01 Realizar adequações técnicas ou aquisição de equipamentos de compatibilização

Responsável: EDUARDO DE MORAES FURTADO

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Pesquisa de preços com baixa representatividade de mercado	Utilização de poucas referências ou contratos de não comparáveis	Planejamento	Administração	Médio	

Impactos

1 Estimativa de valor inadequada para a contratação

Ações PreventivasP-01 Ampliar as fontes de pesquisa de preços (Compras.gov, contratos similares e consultas ao **Responsáveis:** EDUARDO DE MORAES

Ações de Contingência						
C-01	Revisar a pesquisa de preços antes da publicação do edital			Responsável: EDUARDO DE MORAES FURTADO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Restrição indevida à competitividade da licitação	Definição de requisitos técnicos excessivamente específicos	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio	
Impactos						
1	Redução da participação de licitantes e risco de fracasso da licitação					
Ações Preventivas						
P-01	Definir requisitos baseados em padrões tecnológicos amplamente utilizados no mercado			Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, DANIEL RODRIGUES PEREIRA, PAULO HENRIQUE DE ASSIS		
Ações de Contingência						
C-01	Revisar especificações técnicas e promover ajustes no edital			Responsável: EDUARDO DE MORAES FURTADO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Levantamento incompleto da infraestrutura existente	Falta de inventário atualizado da rede e das centrais telefônicas	Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos						
1	Necessidade de ajustes técnicos não previstos na implantação					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar diagnóstico técnico prévio da infraestrutura de telecomunicações			Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, DANIEL RODRIGUES PEREIRA, PAULO HENRIQUE DE ASSIS		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar adequações técnicas durante a implantação do serviço			Responsável: EDUARDO DE MORAES FURTADO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Atraso no processo de contratação	Falta de planejamento do cronograma ou retrabalho documental	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Risco de descontinuidade do serviço de telefonia					
Ações Preventivas						
P-01	Planejar o processo com antecedência e acompanhar o cronograma da contratação			Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar prorrogação contratual ou contratação emergencial, quando cabível			Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Falhas no planejamento da portabilidade numérica	Planejamento inadequado da migração entre operadoras	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Interrupção temporária do atendimento telefônico institucional					
Ações Preventivas						
P-01	Planejar cronograma de portabilidade e validar procedimentos com a operadora			Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar portabilidade gradual ou manter temporariamente as linhas existentes até estabilização			Responsável: EDUARDO DE MORAES FURTADO		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
	Inobservância das Diretrizes Técnicas e	Deficiência na comunicação entre as partes envolvidas na contratação; ausência de mecanismos adequados de fiscalização e				

R-08	Contratuais	Previstas controle; falhas na fase de planejamento ou na Gestão de Contrato	Administração	Médio
	no Termo de elaboração dos documentos técnicos; ou ainda, Referência e no Estudo atuação negligente ou inadequada por parte da Técnico Preliminar contratada.			
	Impactos			
1	Desperdício de recursos públicos			
2	Descumprimento contratual e execução comprometida			
3	Morosidade na Execução Contratual			
4	Irregularidades normativas			
5	Interrupção na prestação dos serviços			
6	Responsabilidade subsidiária e/ou solidaria			
	Ações Preventivas			
P-01	Elaboração clara, objetiva e detalhada do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, contemplando todas as especificações técnicas, critérios de desempenho, prazos, metas, obrigações e formas de verificação	Responsáveis:	EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA	
P-02	Alinhamento prévio entre as áreas técnicas, requisitantes e de fiscalização, garantindo que todas as partes compreendam, validem e monitorem os requisitos da contratação	Responsáveis:	EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA	
P-03	Designação formal e capacitação dos fiscais do contrato, bem como alinhamento das particularidades do objeto contratado, verificação das cláusulas essenciais e nas rotinas de acompanhamento e controle	Responsáveis:	EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA	
P-04	Inclusão de critérios objetivos de medição e avaliação no contrato, com indicadores de desempenho, metas quantitativas e qualitativas e sanções bem definidas	Responsáveis:	EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA	
P-05	Acompanhamento sistemático da execução contratual, com registros formais (relatórios, atas, pareceres técnicos), a fim de assegurar a conformidade da prestação com o que foi pactuado	Responsáveis:	EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA	
P-06	Análise prévia da capacidade técnica e operacional da contratada, com verificação de atestados de capacidade, estrutura disponível e histórico de cumprimento contratual	Responsáveis:	EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA	
	Ações de Contingência			
C-01	Notificação formal da contratada, por meio da Solicitação de Esclarecimentos e Providências - SEP, em caso de não conformidade, exigindo a imediata correção da falha ou o cumprimento da obrigação inadimplida.	Responsável:	EDUARDO DE MORAES FURTADO	
C-02	Solicitar a abertura de processo de apuração de irregularidade (PAIF), no caso de respostas insuficientes ou a ausência de manifestação à SEP	Responsável:	EDUARDO DE MORAES FURTADO	
C-03	Sugerir sanções cabíveis previstas em Termo de Referência, para submissão à CADIF e consequente aplicação das penalidades previstas no contrato, conforme a gravidade da infração e após o devido processo administrativo	Responsável:	EDUARDO DE MORAES FURTADO	
C-04	Ajustar o termo de contrato, se cabível, mediante termo aditivo, desde que não caracterize alteração do objeto nem prejuízo à administração	Responsável:	EDUARDO DE MORAES FURTADO	
C-05	Registrar as ocorrências para fins de responsabilização e melhoria contínua, alimentando a base de lições aprendidas e subsidiando futuras contratações	Responsável:	EDUARDO DE MORAES FURTADO	
C-06	Deflagrar nova contratação, em caráter emergencial ou regular, conforme o caso, para garantir a continuidade da prestação do serviço ou do fornecimento, observando-se os princípios da legalidade, continuidade do serviço público e economicidade	Responsável:	EDUARDO DE MORAES FURTADO	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Inadimplemento dos Prazos de Execução Contratual	Planejamento inadequado da contratada, deficiência na alocação de recursos humanos e materiais, imprevistos operacionais não gerenciados, ausência de controle efetivo de prazos pela contratada, falhas na comunicação entre as partes envolvidas ou ainda omissão na fiscalização por parte da administração contratante	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Desperdício de recursos públicos					
2	Descumprimento contratual e execução comprometida					
3	Morosidade na Execução Contratual					
4	Irregularidades normativas					
5	Interrupção na prestação dos serviços					
Ações Preventivas						
P-01	Prever cronograma ou prazos detalhados na contratação, com definição clara de etapas e responsabilidades			Responsáveis: EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES		

P-02	Análise prévia da capacidade técnica e operacional da contratada, com verificação de atestados de capacidade, estrutura disponível e histórico de cumprimento contratual	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
P-03	Inclusão de cláusulas contratuais específicas sobre prazos e sanções, com definição objetiva de marcos temporais e das penalidades aplicáveis em caso de descumprimento	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
P-04	Designação formal da equipe de fiscalização para realização adequado do monitoramento de prazos e do uso de instrumentos de controle como relatórios de acompanhamento, checklists e registros formais	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
P-05	Reuniões periódicas de alinhamento com a contratada, especialmente nas fases iniciais da execução, para acompanhamento da evolução do cronograma e antecipação de eventuais entraves	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
Ações de Contingência		
C-01	Notificação formal da contratada, por meio da Solicitação de Esclarecimentos e Providências - SEP, em caso de não conformidade, exigindo a imediata correção da falha ou o cumprimento da obrigação inadimplida	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
C-02	Solicitar a abertura de processo de apuração de irregularidade (PAIF), no caso de respostas insuficientes ou a ausência de manifestação à SEP.	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
C-03	Sugerir sanções cabíveis previstas em Termo de Referência, para submissão à CADIF e consequente aplicação das penalidades previstas no contrato, conforme a gravidade da infração e após o devido processo administrativo	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
C-04	Adequar o termo de contrato, quando tecnicamente e juridicamente possível, mediante termo aditivo, para redefinir prazos e garantir a continuidade da execução sem prejuízo ao interesse público	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
C-05	Adotar medidas emergenciais ou provisórias, nos casos em que o atraso comprometa o funcionamento de serviços essenciais, assegurando a continuidade da atividade fim da administração	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
C-06	Registrar as ocorrências para fins de responsabilização e melhoria contínua, alimentando a base de lições aprendidas e subsidiando futuras contratações	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA
C-07	Deflagrar nova contratação, em caráter emergencial ou regular, conforme o caso, para garantir a continuidade da prestação do serviço ou do fornecimento, observando-se os princípios da legalidade, continuidade do serviço público e economicidade	Responsáveis: PEREIRA, EDUARDO DE MORAES FURTADO, PAULO HENRIQUE DE ASSIS, DANIEL RODRIGUES PEREIRA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Irregularidade SICA e/ou CADIN e /ou TCU	no certidões de regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira antes do prazo de validade ou apresenta ocorrência ou impedimento legal	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso no pagamento por falta de certidão atualizada					
2	Rescisão do contrato em execução por falta de regularização da situação					
Ações Preventivas						
P-01	Controle rígido das certidões SICA, CADIF e TCU. Comunicação imediata ao fornecedor, caso exista pendências, para a regularização			Responsável: EDUARDO FURTADO	DE	MORAES
Ações de Contingência						
C-01	Enviar Solicitação de Esclarecimentos e Providências			Responsável: EDUARDO FURTADO	DE	MORAES
C-02	Encaminhar processo para abertura de PAIF			Responsável: EDUARDO FURTADO	DE	MORAES

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

EDUARDO DE MORAES FURTADO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 08:52:48.

PAULO HENRIQUE DE ASSIS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 08:59:42.

DANIEL RODRIGUES PEREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 09:13:15.

Encarte - SEI

ENCARTE B - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento estabelece os critérios e parâmetros técnicos para avaliação da qualidade dos serviços contratados, mediante a identificação de indicadores de desempenho, definição de metas, mecanismos de mensuração, forma de acompanhamento e previsão de ajustes financeiros em decorrência do eventual não atingimento dos níveis de qualidade pactuados.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A avaliação da execução contratual será realizada mediante a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (**IMR**), concebido como ferramenta de gestão que orientará a verificação objetiva do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, bem como a aferição dos níveis de qualidade e desempenho dos serviços prestados.

2.2. O IMR terá como premissa o princípio da vinculação do pagamento ao resultado efetivamente entregue, conforme estabelecido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações supervenientes, as quais orientam a gestão e fiscalização de contratos de prestação de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

2.3. O HU-UFJF, procederá ao redimensionamento do pagamento, aplicando os critérios de ajuste previstos neste instrumento, em conformidade com os indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- 2.3.1. não produzir os resultados previstos;
- 2.3.2. deixar de executar total ou parcialmente as atividades contratadas;
- 2.3.3. executar os serviços em padrão de qualidade inferior ao exigido; ou
- 2.3.4. empregar materiais, equipamentos ou recursos humanos aquém das especificações técnicas ou quantitativas contratadas,

2.4. O IMR será utilizado de forma sistemática e periódica ao longo da vigência contratual, constituindo-se em referência para a fiscalização técnica, acompanhamento da execução, avaliação dos resultados e decisão sobre a conformidade e a regularidade dos pagamentos à Contratada.

2.5. A aplicação do IMR deverá ser compreendida pela Contratada como instrumento de gestão da qualidade, sendo sua observância condição necessária para a percepção integral da remuneração contratual, mediante a entrega de resultados satisfatórios, mensurados com base nos indicadores e metas aqui fixados.

3. DOS PARÂMETROS DE DESEMPENHO E METODOLOGIA DE CÁLCULO

3.1. O desempenho da Contratada será aferido com base em indicadores previamente definidos, quantitativos e/ou qualitativos, que reflitam, de forma fidedigna, a efetividade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados.

3.2. O cálculo do indicador final de qualidade, denominado **Fator de Ajuste de Pagamento**, será realizado mediante fórmula específica, que considerará:

- 3.2.1. **Índice Médio Ponderado de Ocorrências**, representativo das não conformidades ou falhas constatadas pela equipe de fiscalização.

3.3. Os indicadores definidos, bem como suas metas, parâmetros de avaliação e respectivas fórmulas de cálculo, encontram-se detalhados nos quadros e tabelas inseridos neste instrumento.

4. DA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO IMR

4.1. O IMR será implementado desde o início da execução contratual, constituindo-se em instrumento permanente de aferição da regularidade e da qualidade dos serviços.

4.2. Compete à equipe de fiscalização contratual proceder ao acompanhamento sistemático, por meio da verificação do atendimento dos indicadores a cada entrega ou prestação de serviço, realizando as medições necessárias e registrando os resultados observados.

4.3. A avaliação formal da execução será realizada em periodicidade de acordo com o pactuado no termo de contrato, ocasião em que será apurado o resultado consolidado do IMR e, conforme o caso, aplicado o respectivo ajuste financeiro, mediante glosa ou compensação, em consonância com o desempenho apresentado pela Contratada.

4.4. Para a efetividade do processo de monitoramento e avaliação, deverão ser adotadas as metodologias e

procedimentos de medição descritos nos quadros a seguir, que especificam os critérios técnicos, indicadores, formas de coleta de dados e parâmetros de análise dos resultados.

4.5. As glosas aplicadas com fundamento no presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR) correspondem a ajustes financeiros automáticos, decorrentes da verificação de níveis de serviço que, embora insuficientes para o pleno desempenho contratual, permanecem dentro dos limites mínimos de aceitabilidade previamente estabelecidos pela Administração.

4.6. Desse modo, os fatos que ensejarem exclusivamente a aplicação de glosas no âmbito do IMR não constituem, por si só, causa para a instauração de Processo de Apuração de Irregularidade (PAIF), exceto se configurarem níveis de desempenho inferiores ao patamar mínimo previsto, prática reiterada de descumprimento ou situação de especial gravidade que justifique a apuração formal.

4.7. Na hipótese de que os mesmos fatos venham a fundamentar a abertura de PAIF e eventual aplicação de sanção administrativa, o valor correspondente às glosas já aplicadas será deduzido da base de cálculo de eventual multa, de forma a evitar a duplicidade punitiva sobre o mesmo evento, em consonância com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vedação ao *bis in idem*.

5. DOS INDICADORES DE AVALIAÇÃO

5.1. Esta seção apresenta, de forma detalhada, os parâmetros específicos que servirão de base para a avaliação objetiva da execução contratual. Tais parâmetros, definidos previamente entre as partes, representam os aspectos essenciais da prestação do serviço, possibilitando a mensuração sistemática do desempenho da contratada e o consequente cálculo do resultado do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

5.2. Os parâmetros de avaliação foram estruturados considerando critérios técnicos e gerenciais que refletem o nível de qualidade esperado, assegurando que a execução contratual esteja em conformidade com as exigências normativas e com o interesse público.

INDICADOR 1 - DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Avaliar a disponibilidade contínua do serviço de telefonia fixa, garantindo suporte às atividades institucionais.
Meta a cumprir	Disponibilidade mínima de 99% ao mês
Instrumento de medição	Relatórios técnicos da contratada e registros da fiscalização
Forma de acompanhamento	Monitoramento contínuo pela equipe de fiscalização
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	$\text{Disponibilidade (\%)} = (\text{Tempo disponível} / \text{Tempo total}) \times 100$
Início de Vigência	A partir do início da execução contratual
Faixa de Pontuação	De 0 a 100 pontos
Sanções	Glosa proporcional e possível abertura de PAIF

COMPOSIÇÃO DO INDICADOR 1				
INDICADOR	ITEM AVALIADO	FAIXA DE PONTUAÇÃO	PONTOS	PONTUAÇÃO ACUMULADA
	Disponibilidade ≥ 99%	Sem ocorrência	100	

Encarte - SEI B - Instrumento de Medição de Resultado (59380922)SEI 23765.000804/2026-18 / pg. 51

DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO	97% a 98,99%	Baixa indisponibilidade	90
	95% a 96,99%	Média indisponibilidade	80
	< 95%	Alta indisponibilidade	60
Anotação de Ocorrência e dos Níveis de Avaliação:			

INDICADOR 2 - QUALIDADE DAS CHAMADAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Avaliar a qualidade das chamadas, considerando ruídos, falhas e quedas
Meta a cumprir	Máximo de 2% de chamadas com falha
Instrumento de medição	Relatórios e registros de chamados
Forma de acompanhamento	Análise por amostragem
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	% falhas = (Chamadas com falha / total) × 100
Início de Vigência	A partir do início da execução contratual
Faixa de Pontuação	De 0 a 100 pontos
Sanções	Glosa proporcional

COMPOSIÇÃO DO INDICADOR 2				
INDICADOR	ITEM AVALIADO	FAIXA DE PONTUAÇÃO	PONTOS	PONTUAÇÃO ACUMULADA
QUALIDADE DAS CHAMADAS	≤ 2% falhas	Sem ocorrência relevante	100	
	2,01% a 5%	Baixa incidência	85	
	5,01% a 10%	Média incidência	70	
	> 10%	Alta incidência	50	
Anotação de Ocorrência e dos Níveis de Avaliação:				

6. DA APLICABILIDADE DOS CRITÉRIOS DE AVERIGUAÇÃO DA QUALIDADE

6.1. A aplicação dos critérios de avaliação da qualidade resultará na obtenção de uma pontuação final, expressa em uma escala de **0 (zero) a 100 (cem) pontos**, correspondente à média aritmética ponderada dos valores apurados em cada um dos parâmetros de avaliação da execução contratual.

6.2. O cálculo da pontuação total observará a seguinte fórmula geral:

6.2.1. **Pontuação Total = (Pontuação Parâmetro 1 × Peso Parâmetro 1) + (Pontuação Parâmetro 2 × Peso Parâmetro 2).**

6.3. A aplicação dos pesos relativos a cada parâmetro de avaliação deverá refletir a sua importância para a adequada execução do objeto contratual, conforme definido previamente no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

6.4. A pontuação final obtida servirá de base para a aplicação das eventuais glosas financeiras, bem como para a avaliação da necessidade de aplicação de sanções administrativas ou de medidas corretivas, respeitando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

PONTUAÇÃO OBTIDA POR INDICADOR			
Total de pontos possíveis por indicador	Pontuação obtida por Indicador (A)	Peso de cada Indicador (B)	Pontuação Total (C) = (A*B)
Indicador 1 = 100 Pontos		0,50	
Indicador 2 = 100 Pontos		0,50	
PONTUAÇÃO TOTAL			

FATOR DE AJUSTE OBTIDO POR PONTUAÇÃO		
Faixa de Pontuação	Pagamento devido	Fator de ajuste
De 95 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 90 a 94 pontos	99% do valor previsto	0,99
De 85 a 89 pontos	98% do valor previsto	0,98
De 80 a 84 pontos	97% do valor previsto	0,97
Abaixo de 80 pontos	97% do valor previsto + possibilidade de PAIF	0,97
VALOR DEVIDO = (valor mensal previsto x Fator de ajuste)		

EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (EFC)

(assinado eletronicamente)

EDUARDO DE MORAES FURTADO

Analista de Tecnologia da Informação – Integrante Demandante e Coordenador da EPC

(assinado eletronicamente)

DANIEL RODRIGUES PEREIRA

Analista de Tecnologia da Informação – Integrante Demandante

(assinado eletronicamente)

PAULO HENRIQUE DE ASSIS

Analista de Tecnologia da Informação – Integrante Demandante



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Moraes Furtado, Chefe de Setor**, em 27/03/2026, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique de Assis, Analista de Tecnologia da Informação**, em 27/03/2026, às 08:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Rodrigues Pereira, Analista de Tecnologia da Informação**, em 27/03/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **59380922** e o código CRC **EF5C74FE**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59380922

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE C - DECLARAÇÃO FORMAL DE VISTORIA

(**NOME EMPRESARIAL DA LICITANTE**), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº (**CNPJ DA LICITANTE**), com sede à (**ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE**), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) (**NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL**), subscritor(a) desta, portador(a) da Carteira de Identidade n.º (**NÚMERO DA CI**), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob n.º (**NÚMERO DO CPF**), para os devidos fins, vem, por meio desta, **DECLARAR**, expressamente, que **realizou a vistoria técnica** nas dependências do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), tendo inspecionado as **instalações internas e áreas externas** (estacionamentos e áreas livres), obtendo pleno conhecimento de todas as condições, especificações, restrições e demais informações necessárias à elaboração da proposta.

Ademais, **COMPROMETE-SE** a executar fielmente os serviços, observando rigorosamente os termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que integram o processo de **Pregão Eletrônico n.º (NÚMERO DO PREGÃO)**.

Local , ____ de _____ de _____.

(Assinatura)

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Cargo

CI nº

CPF nº



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Moraes Furtado, Chefe de Setor**, em 02/04/2026, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59333077** e o código CRC **85577967**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59333077

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE D - DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISTORIA

(**NOME EMPRESARIAL DA LICITANTE**), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº (**CNPJ DA LICITANTE**), com sede à (**ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE**), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) (**NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL**), subscritor(a) desta, portador(a) da Carteira de Identidade nº (**NÚMERO DA CI**), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob n.º (**NÚMERO DO CPF**), para os devidos fins, vem, por meio desta, **DECLARAR**, expressamente, que **OPTOU** por não realizar a vistoria técnica no local onde serão prestados os serviços, abstendo-se, portanto, de inspecionar as **instalações internas e as áreas externas** (estacionamentos e áreas livres).

Neste ato **ASSUME** integralmente todos e quaisquer riscos decorrentes desta decisão, declarando-se plenamente ciente das condições do local de execução dos serviços, bem como de todas as especificações constantes do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo de **Pregão Eletrônico n.º (NÚMERO DO PREGÃO)**.

Ademais, **COMPROMETE-SE** a executar fielmente os serviços, observando rigorosamente todas as disposições legais e contratuais pertinentes.

Local, ____ de _____ de ____.

(Assinatura)

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Cargo

CI nº

CPF nº



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Moraes Furtado, Chefe de Setor**, em 02/04/2026, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59333178** e o código CRC **B1C5C12B**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59333178

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <http://www.hu-ufjf.ebserh.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE E - TABELA DE REFERÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE MULTA

1. GRAU E CORRESPONDÊNCIA PARA APLICAÇÃO DE MULTAS

1.1. A Tabela 1 estabelece os parâmetros objetivos de correspondência entre o grau de infração contratual e a respectiva sanção pecuniária, determinando a aplicação de multas proporcionais à gravidade da conduta infracional. O escalonamento percentual busca assegurar que a penalização seja adequada ao impacto da infração sobre a execução do contrato e a Administração Pública.

1.2. Cada grau de infração corresponde a um percentual específico, calculado **por dia de ocorrência** sobre o **valor mensal do contrato**, conforme estipulado na tabela a seguir. Esse mecanismo visa reforçar o cumprimento rigoroso das obrigações contratuais e estimular a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte da Contratada.

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2. RELAÇÃO ENTRE A INFRAÇÃO E GRAU CORRESPONDENTE

2.1. A Tabela 2 apresenta a tipificação das infrações contratuais, com a respectiva classificação de gravidade, expressa em graus, que orientará a aplicação das penalidades financeiras estabelecidas na Tabela 1. As infrações foram categorizadas conforme sua repercussão sobre a regularidade, segurança, continuidade e qualidade dos serviços prestados, bem como os riscos associados ao descumprimento das obrigações contratuais.

2.2. Cada item descreve, de forma objetiva, a conduta considerada infracional, acompanhada do grau de severidade correspondente, em escala de 1 a 5, sendo este o fator que determinará a intensidade da sanção pecuniária aplicável.

2.3. A estruturação desta tabela visa conferir transparência, previsibilidade e segurança jurídica ao processo de fiscalização e aplicação de sanções, resguardando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

2.4. A presente relação de infrações contratuais **não** se constitui em um rol taxativo. Assim, a constatação de outras ações ou omissões que, embora não previstas expressamente, representem descumprimento das obrigações contratuais, legais ou regulamentares, ensejará igualmente a responsabilização da Contratada, nos termos da legislação aplicável e das cláusulas contratuais, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e contraditório.

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir qualquer situação que possa resultar em acidente, lesão ou risco à vida de pessoas, por cada ocorrência	5

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	4
3	Manter funcionário não qualificado para desempenhar as funções contratadas, por cada empregado e por dia	3
4	Recusar-se a realizar serviço solicitado pela fiscalização, por cada serviço e por dia	2
5	Afastar funcionário ou representante do serviço, durante o expediente, sem autorização prévia do Contratante, por cada empregado e por dia	3
6	Executar os serviços fora dos prazos ou cronogramas previamente estabelecidos, sem justificativa aceita pelo contratante.	2
7	Descumprir as disposições legais e regulamentares relativas à segurança e saúde dos trabalhadores, bem como as orientações formais do HU-UFJF nesse sentido.	5
8	Designar número insuficiente de profissionais, ou profissionais sem a qualificação necessária, bem como utilizar materiais inadequados ou em quantidade inferior à prevista.	3
9	Ignorar ou retardar o atendimento às requisições, orientações ou determinações formais emitidas pela equipe de fiscalização que estejam dentro do escopo de execução do contrato.	2
10	Manter no serviço empregado que apresente inadequação, comportamental ou disciplinar, após solicitação formal e fundamentada de substituição pelo contratante, por cada empregado e por dia.	2
11	Utilizar bens patrimoniais, instalações ou sistemas de informação do contratante de maneira inadequada, para fins não autorizados ou em desacordo com as normas estabelecidas.	4
12	Compartilhar, divulgar ou utilizar indevidamente informações sigilosas ou protegidas obtidas no âmbito da execução contratual, em afronta às disposições legais e contratuais.	5
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
13	Registrar e monitorar, diariamente, a presença e a pontualidade dos funcionários, por cada funcionário e por dia	1
14	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	2
15	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	1
16	Cumprir obrigações previstas no Edital e anexos, não incluídas nesta tabela, após reincidência formalmente notificada, por item e por ocorrência	3
17	Indicar ou não manter os prepostos e responsáveis necessários para atender às demandas do contrato	1
18	Fornecer treinamento aos funcionários conforme exigido nas obrigações contratuais	1
19	Apresentar ou atualizar documentos exigidos contratualmente, tais como certidões negativas, atestados técnicos, comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, dentro dos prazos estabelecidos.	1
	Informar ao HU-UFJF, de forma imediata, sobre fatos ou situações que possam impactar a	

20	execução regular do contrato, como acidentes, falhas operacionais, ausência de pessoal, ou indisponibilidade de equipamentos.	2
21	Elaborar ou não apresentar relatórios periódicos, registros de execução, controles ou quaisquer documentos previstos como obrigatórios para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual.	2



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Moraes Furtado, Chefe de Setor**, em 02/04/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59313437** e o código CRC **C9578B59**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59313437

Encarte - SEI

ENCARTE F - MODELO DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
EMAIL:	

DETALHAMENTO DA PROPOSTA					
ITEM	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE	PERIODICIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					
02					
03					

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

RELAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
Material	Quantidade	Especificação

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A validade mínima da proposta será de 90 (noventa) dias .

Local , __ de ____ de ____.

(Assinatura)

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Cargo

CI nº

CPF nº



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Moraes Furtado, Chefe de Setor**, em 02/04/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59332973** e o código CRC **47A276C0**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59332973

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Encarte - SEI

ENCARTE G - TERMO DE RECEBIMENTO

O **GESTOR DE CONTRATO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas por meio da Portaria - SEI nº 214, de 03 de abril de 2023 (Documento SEI nº 28860943), e suas atualizações:

Atesta que o serviço foi prestado, conforme o Contrato nº ____/_____, com a empresa [INCLUIR RAZÃO SOCIAL COMPLETA], inscrita no CNPJ sob o nº [INCLUIR O NÚMERO COMPLETO DO CNPJ]:

() sem ressalvas

() com ressalvas, vide relatório de fiscalização técnica nº ____/_____ (Documento SEI nº XXX).

e que o valor da nota fiscal nº XXX (Documento SEI nº XXX), da competência de [mês]/20XX, está de acordo com o respectivo contrato.

Desta maneira procedo ao **recebimento** desta parcela do serviço e encaminho para solicitação de autorização para pagamento a ser realizada pelo ordenador de despesas.

Registro que a planilha de controle de saldo do contrato da competência de [mês]/20XX foi acostada aos autos por meio do Documento SEI nº XXX, assim como foi atualizado o registro da planilha eletrônica disponibilizada pela Unidade de Contratos.

(assinado eletronicamente)

NOME COMPLETO DO GESTOR DO CONTRATO

Gestor do Contrato

Matrícula SIAPE nº XXX



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Moraes Furtado, Chefe de Setor**, em 02/04/2026, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59333028** e o código CRC **71187122**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59333028



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Processo nº 23765.000804/2026-18

* MINUTA DE DOCUMENTO

TERMO DE CONTRATO Nº,
CELEBRADO ENTRE A EMPRESA BRASILEIRA DE
SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH/HU
BRASIL), UNIDADE HOSPITALAR HU-UFJF, E A
EMPRESA

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (Ebserh/HU Brasil), UNIDADE HOSPITALAR HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (HU-UFJF), sediada na Avenida Eugênio do Nascimento, S/N, Aeroporto, Juiz de Fora/MG, CEP: 36.038-330, inscrita no CNPJ sob o nº 15.126.437/0025-10, UG-155903, neste ato representada pelo seu Superintendente, **José Otávio do Amaral Correa**, matrícula funcional nº 1299005, nomeado pela Portaria nº 399, de 30/06/2025, e por seu Gerente Administrativo, **Bruno Azevedo Gomes Freitas**, matrícula funcional nº 1840033, nomeado pela Portaria nº 099, de 22/03/2024, ambos no uso das atribuições conferidas pelo art. 277 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh, versão 3.0, aprovado por meio da Resolução nº 297/2025 do Conselho de Administração;

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, CEP, Telefone:, E-mail:representada neste ato por (**nome**), CPF nº, **conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos**;

Conforme Processo Administrativo nº 23765.000804/2026-18, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº.....**, proposta comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Regulamento de Compras e Contratos, versão 3.0 (RCC 3.0), dos normativos internos da Ebserh, e mediante as cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de **Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)**, nas modalidades **Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI)**, destinado ao atendimento das demandas de comunicação institucional, incluindo a disponibilização de troncos digitais e interligação com as centrais telefônicas existentes na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade hospitalar Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF), a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1. Discriminação do objeto:

GRUPO	ITEM	CATSER	NATUREZA DE DESPESA DETALHADA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	01	26115	3.3.90.39.58	chamadas locais fixo-fixo (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	Minutos	10.000
	02	26123	3.3.90.39.58	chamadas locais fixo-móvel (STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL - VC1)	Minutos	5.000
				chamadas de longa		

01	03	26140	3.3.90.39.58	distância fixo-móvel (STFC - LDN FIXO- MÓVEL - VC2 E VC3)	Minutos	2.000
	04	26131	3.3.90.39.58	chamadas de longa distância nacional (STFC - LDN FIXO-FIXO)	Minutos	2.000
	05	27839	3.3.90.39.58	chamadas de distância internacional (STFC - LDI)	Minutos	100

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. o Termo de Referência;
- 1.2.2. o instrumento convocatório;
- 1.2.3. a proposta da CONTRATADA;
- 1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início em e encerramento em, prorrogável por até 10 (dez) anos nos termos do art. 188 do RCC 3.0.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Os critérios referentes ao modelo de execução do objeto estão definidos no Termo de Referência.

4. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	26115	chamadas locais fixo-fixo (STFC - LOCAL FIXO-FIXO)	Minutos	10.000		
	02	26123	chamadas locais fixo-móvel (STFC - LOCAL FIXO-MÓVEL - VC1)	Minutos	5.000		
	03	26140	chamadas de longa distância fixo-móvel (STFC - LDN FIXO-MÓVEL - VC2 E VC3)	Minutos	2.000		
	04	26131	chamadas de longa distância nacional (STFC - LDN FIXO-FIXO)	Minutos	2.000		
			chamadas de distância				

	05	27839	internacional (STFC - LDI)	Minutos	100		
--	----	-------	-------------------------------	---------	-----	--	--

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4.4. A forma, o prazo e demais condições para o pagamento à CONTRATADA estão definidos no Termo de Referência.

5. REAJUSTE

5.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

5.2. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

5.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

5.4. O reajuste de preços será precedido de requerimento da CONTRATADA.

5.4.1. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva, ocorrerá a preclusão do direito.

5.4.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste quando este for requerido após a extinção do contrato.

5.5. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.

5.6. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, conforme o caso, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

5.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

5.8. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.9. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.10. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.12. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de, na classificação abaixo:

GESTÃO/ UNIDADE	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PTRES	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	VALOR

6.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante registro por simples apostila.

7. GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução na presente contratação.

8. GARANTIA DO SERVIÇO

8.1. Será exigida a prestação de garantia do serviço na presente contratação, conforme regras definidas no Termo de Referência.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o presente Termo de Contrato e seus anexos;

9.1.2. receber o objeto nas condições e no prazo estabelecidos no Termo de Referência;

9.1.3. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do presente Termo de Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

9.1.5. comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

9.1.6. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Contrato e no Termo de Referência;

9.1.7. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e no presente Termo de Contrato;

9.1.8. não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

9.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

9.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;

9.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;

9.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

9.1.8.5. demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

9.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

9.1.9. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10. notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

9.1.11. comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 183, § 4º, do RCC 3.0;

9.1.12. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela CONTRATADA, no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada.

9.1.13. Demais obrigações da CONTRATANTE, caso existam, encontram-se descritas no Termo de Referência desta contratação.

9.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes do presente Termo de Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. atender às determinações regulares emitidas pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela EFC, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou

dos materiais empregados;

10.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.1.5. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf), a CONTRATADA deverá entregar à EFC, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.1.5.1. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.1.5.2. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.1.5.3. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.1.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

10.1.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.1.6. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.7. comunicar à EFC tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.8. paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.9. manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

10.1.10. guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

10.1.11. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 196, inciso VI, do RCC 3.0;

10.1.12. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

10.1.13. alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

10.1.14. prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

10.1.15. fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

10.1.16. conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.1.17. submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.1.18. cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

10.1.19. não submeter, quando for o caso, os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

10.1.20. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

10.1.21. não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481/2008;

10.1.22. receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

10.1.23. designar preposto aceito pela Ebserh para representá-la na execução do contrato, com capacidade decisória frente as questões apresentadas pela fiscalização, vinculadas a instrumento no qual constará expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto;

10.1.23.1. a indicação do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade;

10.1.23.2. a CONTRATADA não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

10.1.24. não incorrer, durante a execução contratual, em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 70 do RCC 3.0;

10.1.25. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.1.26. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

10.1.27. assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.1.28. fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

10.1.29. garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

10.1.30. promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

10.1.31. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Ebserh;

10.1.32. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.1.33. efetuar comunicação à CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

10.1.34. estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, quando for o caso, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

10.1.35. observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

10.1.36. apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

10.1.37. apresentar os empregados, quando for o caso, devidamente identificados por meio de crachá;

10.1.38. manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;

10.1.39. atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

10.1.40. O atendimento para solução de problemas (acesso remoto) deverá ser ininterrupto nos seguintes endereços:

10.1.40.1. **UNIDADE DOM BOSCO** - localizada na Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº, bairro Dom Bosco, Juiz de Fora - MG;

10.1.40.2. **UNIDADE SANTA CATARINA** - localizada na Rua Celso Breviglieri - s/nº - Bairro Santa Catarina, Juiz de Fora - MG.

10.1.41. Os serviços que necessitem de manutenção presencial em equipamentos ou cabeamento da contratante serão prestados das 8h às 16h, nos endereços acima citados.

10.1.42. verificar e cumprir, no que couber, as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência desta contratação.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

11.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

11.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

11.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

11.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

11.1.4. adotar medidas de segurança técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

11.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

11.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

11.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no art. 48, § 1º, da LGPD.

11.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

11.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

11.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

11.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

11.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei n.º 13.303/2016 e do RCC 3.0, os critérios previstos no Termo de Referência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por uma EFC, especialmente designadas para tal, na forma do RCC 3.0.

12.2.1. A CONTRATANTE designará formalmente um conjunto de profissionais com vínculo direto com a Administração Pública, seja celetista, comissionado ou estatutário, para compor a EFC, nos termos do art. 210 do RCC 3.0.

12.3. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.3.1. A EFC e a CONTRATADA utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a devida formalização.

12.4. A CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. A EFC deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, utilizando-se, para isso, a abertura de processo administrativo específico, relacionado ao principal, para consolidar a documentação referente à fiscalização contratual, viabilizando a juntada de documentos referentes à execução do contrato.

12.5.1. O processo administrativo específico para gestão e fiscalização do contrato servirá para registrar a designação e organização da EFC, consolidar demais documentos relacionados a essa gestão, o controle de saldos, emissão de notas de empenho, registros de intercorrências na execução o objeto, bem como demais manifestações pertinentes.

12.6. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.7. Cabe ao gestor do contrato:

12.7.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

12.7.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

12.7.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

12.7.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

12.7.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, conforme o caso;

12.7.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da CONTRATANTE;

12.7.7. enviar a documentação pertinente à área responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

12.7.8. receber e dar encaminhamento imediato:

12.7.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

12.7.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

12.8. Compete ao fiscal técnico:

12.8.1. acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a CONTRATANTE;

12.8.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.8.3. emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade;

12.8.4. informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.8.5. comunicar imediatamente ao gestor do contrato no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas;

12.8.6. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.9. A EFC contará com o suporte das áreas de acompanhamento e de fiscalização administrativa, que atuarão para disseminar boas práticas e para apoiar a instituição de controles internos administrativos sobre gestão e fiscalização, nos termos do art. 213 do RCC 3.0.

12.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará

tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.10. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas previstas em normas internas ao HU-UFJF.

12.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

13.1.2. Multa:

13.1.2.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor mensal do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o 15º dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.1.2.2. Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

13.1.2.3. Compensatória de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 do Encarte E;

13.1.2.4. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

13.1.2.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.

13.1.3. O atraso injustificado acima de 60 (sessenta) dias caracterizará a inexecução total do objeto, cabendo a multa compensatória no percentual definido no subitem 13.1.2.4;

13.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.1.4.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:

13.1.4.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.1.4.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

13.1.4.1.3. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.4.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.4.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.4.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.4.1.7. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.

13.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com multa.

13.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RCC 3.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior

a 10 (dez) dias úteis.

13.5.1. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.

13.6. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

13.6.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

13.6.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Ebserh, ainda que decorrentes de outros ajustes;

13.6.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

13.6.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh e o fornecedor sancionado.

13.6.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

13.7. A CONTRATANTE deverá consultar, antes de cada pagamento, o cadastro único de multas de que trata o art. 225, § 2º, do RCC 3.0, devendo-se proceder à compensação total ou parcial caso seja identificada a existência de débito não quitado pelo credor do pagamento, com a respectiva atualização ou baixa no cadastro.

13.8. Poderá ser suspensa a cobrança de multas, em caráter excepcional, pelo período de até noventa dias, nas situações que envolvem o enfrentamento de impactos decorrentes de calamidade pública ou de emergência de saúde pública.

13.9. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

13.11. No caso de infração que possa acarretar a sanção de multa ou de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, poderá ser firmado Termo de Ajustamento de Conduta como medida alternativa à instauração ou ao prosseguimento do processo administrativo sancionador, nos termos do art. 221 do RCC 3.0.

13.12. É admitida a reabilitação do fornecedor sancionado, desde que atendidos, cumulativamente, os requisitos do art. 226 do RCC 3.0.

13.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

13.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicafe, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

13.16.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.

13.17. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Ebserh.

14. EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O Termo de Contrato se extingue quando vencido o prazo fixado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. A rescisão do Termo de Contrato pode ocorrer nas seguintes hipóteses:

14.2.1. por ato unilateral formalizado pela CONTRATANTE, por algum dos motivos do art. 227 do RCC 3.0, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

14.2.1.1. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de regular processo administrativo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à CONTRATADA com prazo não inferior a 10 (dez) dias úteis.

14.2.2. de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.2.1. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais por apenas uma das partes sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

14.2.2.2. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão amigável, que deve ser formalizada por distrato.

14.2.3. de forma judicial, por determinação judicial.

14.3. O Termo de Contrato pode ser extinto no caso de se constatar a ocorrência de impedimento previsto no art. 70 do RCC 3.0.

14.4. A CONTRATANTE poderá ainda:

14.4.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, executar a garantia de execução contratual para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos; e

14.4.2. reter, na hipótese de insuficiência da garantia de execução contratual, os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato, e antes de eventual prorrogação.

14.6. A extinção do Termo de Contrato, formalizada por Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato, será precedida, sempre que possível, de:

14.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.6.3. indenizações e multas.

14.7. Formalizada a extinção, o extrato do Termo de Rescisão Unilateral ou Distrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme o art. 230 do RCC 3.0.

15. ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais serão regidas pelo art. 196 e seguintes do RCC 3.0.

15.2. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela CONTRATADA, das prestações determinadas pela Ebserh no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos.

15.3. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados mediante registro por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 206 do RCC 3.0.

16. ANTICORRUPÇÃO

16.1. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Termo de Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

17. ANTINEPOTISMO

17.1. É vedada a utilização pela CONTRATADA, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto n.º 7.203/2010.

18. CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º

13.303/2016, no Decreto n.º 8.945/2016, no RCC 3.0 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

19. PUBLICAÇÃO

19.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação no Diário Oficial da União, no Portal da Ebserh e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme o art. 278 do RCC 3.0.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

20.1.1. poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, nos termos do art. 178 do RCC 3.0.

20.1.2. o procedimento para parcelamento e compensação de débito resultante de multa administrativa e/ou indenizações seguirá, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26/2022.

20.1.3. o procedimento para cessão de crédito observará as seguintes regras:

20.1.3.1. as cessões de crédito, de qualquer natureza, dependerão de prévia aprovação da CONTRATANTE.

20.1.3.2. a eficácia da cessão de crédito em relação à CONTRATANTE está condicionada à celebração de termo aditivo ao presente Termo de Contrato.

20.1.3.3. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à comprovação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar, nos termos do art. 70 do RCC 3.0, que não está proibido de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme o art. 12 da Lei n.º 8.429/1992, e que foi observada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh.

20.1.3.4. o crédito a ser pago ao cessionário é exatamente aquele que seria destinado à CONTRATADA (cedente) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas aplicáveis no regime jurídico incidente sobre o contrato, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à CONTRATANTE.

20.1.3.5. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

21. FORO

21.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação.

Juiz de Fora, data da última assinatura

(assinado eletronicamente)

REPRESENTANTE

CONTRATADA

(assinado eletronicamente)

BRUNO AZEVEDO GOMES FREITAS

GERENTE ADMINISTRATIVO
CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)

JOSÉ OTÁVIO DO AMARAL CORREA

SUPERINTENDENTE
CONTRATANTE



Documento assinado eletronicamente por **Julia Araujo Dias, Assistente Administrativo**, em 10/04/2026, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59814672** e o código CRC **F707F96B**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59814672

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Anexo - SEI

Processo nº 23765.020817/2025-14

ORIENTAÇÕES PARA CADASTRO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

1. Para possibilitar a assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, a empresa vencedora do certame deverá providenciar o cadastro de seu(s) representante(s) legal(is) como usuário(s) externo(s) no Sistema Eletrônico de Informações – SEI da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação do HU-UFJF.
2. Caso o signatário não seja o administrador ou sócio com poderes expressos nos atos constitutivos da empresa, deverá ser apresentada procuração específica que lhe atribua poderes para assinatura do termo, dentro do prazo de validade, contendo todos os requisitos formais exigidos para esse instrumento.
3. O cadastro deverá ser realizado diretamente pelo interessado no endereço eletrônico abaixo:
4. [Clique aqui para realizar o cadastro externo no SEI](#)
5. Após a realização do cadastro, as informações abaixo devem ser encaminhadas ao HU-UFJF para o e-mail **uclie.hu-ufjf@ebserh.gov.br**, que tomará providências para liberação do cadastro realizado.
 - Nome Completo: _____
 - E-mail cadastrado: _____
 - CPF: _____
 - Cargo/Função: _____
 - Telefone de Contato: _____
6. É de responsabilidade da empresa vencedora a correta indicação do representante legal e o envio tempestivo das informações/documentos, sob pena de incorrer em conduta irregular, passível de apuração de irregularidade por ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação.
7. A ausência de cadastro ativo no SEI poderá inviabilizar a assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato e, conseqüentemente, a formalização da contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Afonso, Chefe de Unidade**, em 28/04/2026, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59879085** e o código CRC **A45AA1E0**.

Referência: Processo nº 23765.000804/2026-18 SEI nº 59879085

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Avenida Eugênio do Nascimento, s/nº - Bairro Dom Bosco
Juiz de Fora-MG, CEP 36038-330
- <https://hu-ufjf.hubrasil.gov.br>

Anexo - SEI

Processo nº 23477.027595/2025-14

Interessado: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh

ANEXO IV - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

1.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a Ebserh e o fornecedor se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

1.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

1.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

1.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

1.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

1.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

1.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

1.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no art. 48, § 1º, da LGPD.

1.2. Especificamente o fornecedor se compromete ao seguinte:

1.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh;

1.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela Ebserh em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a Ebserh e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

1.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Ebserh e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

1.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Afonso, Chefe de Unidade**, em 29/04/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60353088** e o código CRC **78363631**.